

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 - Série VII - N.º 429
25 de Março de 1982

Preço: 15\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



A Festa

• as primeiras novidades

(Pág. 7)



MARCHA CONTRA O DESEMPREGO

(Pág. 12)

PCP APRESENTA MOÇÃO DE CENSURA E O GOVERNO INSULTA A ASSEMBLEIA

(Pág. 3)



REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

A 2.ª Assembleia de Organização de Silves foi uma das numerosas realizações que têm caracterizado a intensa actividade do Partido e em que se destaca a sessão a realizar amanhã, às 21 e 30 no cinema do Lumiar, em Lisboa, com o camarada Álvaro Cunhal - páginas centrais

1020

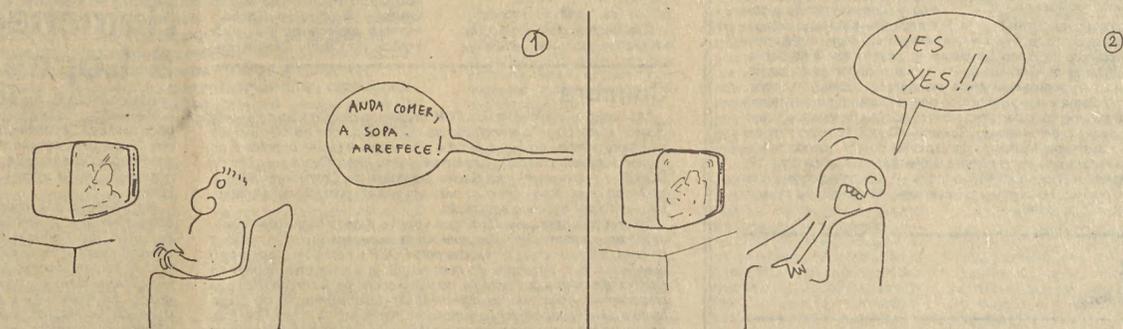
ORGANIZAÇÕES EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

A Convenção Nacional Democrática realizada no passado fim-de-semana foi o início de um importante movimento de defesa do regime constitucional nascido com Abril - pág. 4



REFORMA AGRÁRIA

Enquanto Basílio Horta vende aos latifundiários absentes e aos especuladores terras das UCP's, os trabalhadores alentejanos e ribatejanos preparam a 6.ª Conferência da Reforma Agrária - pág. 9



O escândalo RTP continua!

• Os últimos números da actividade de um órgão de informação pago por todos os portugueses e ao serviço da reacção e do imperialismo - pág. 12

SEMANA Nacional

17 Quarta-feira



Ensino Primário em debate

O défice da balança comercial portuguesa atingiu em 1981, segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, 345 milhões de contos; as previsões do Governo AD apontavam para um défice máximo de 254 milhões de contos ■ Eduardo Pereria, responsável do PS pelo Poder Local, defende que as eleições autárquicas devam ser marcadas pelo Presidente da República e não pelo Governo, como actualmente sucede, a fim de se evitar qualquer aproveitamento político dessa competência ■ Começa a Conferência sobre o Ensino Primário, promovida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa ■ A Comissão de Trabalhadores da SNAPA repudia a extinção prevista no Plano Nacional das Pescas do Governo; a SNAPA é a maior e mais moderna empresa nacionalizada de pescas ■ O comandante da TAP, J. Cavaco, afirma em conferência de imprensa que o prolongamento da pista do aeroporto do Funchal «é uma monstruosidade que não serve ninguém, só serve para gastar dinheiro».

18 Quinta-feira

Os sindicatos da Frente Comum da Função Pública anunciam diversas acções de luta até ao fim de Maio para protestar contra o pacote laboral do Governo, entre as quais um dia de greve em 23 de Abril ■ Pinto Balsemão chega a Atenas para debater questões relacionadas com a adesão de Portugal à CEE ■ O papel selado aumenta para 40 escudos ■ O Presidente da República preside à sessão solene de abertura da trigésima sétima Conferência da Federação Internacional de Associações de Pilotos Aéreos ■ Artesãos e feirantes do Mercado do Povo, em Lisboa, acusam a Secretaria de Estado da Cultura da ordem de despejo que os obriga a deixar aquele local até ao próximo 28 deste mês ■ Os professores da Grande Lisboa aprovam um dia de greve a realizar a 24 de Março.

19 Sexta-feira



Fogo posto na Guarda

As Cooperativas e UCPS de Évora repudiam em Assembleia Geral a renovação da Lei do Mercado do Povo, em Lisboa, acusam a Secretaria de Estado da Cultura da ordem de despejo que os obriga a deixar aquele local até ao próximo 28 deste mês ■ Os professores da Grande Lisboa aprovam um dia de greve a realizar a 24 de Março.

20 Sábado

Começa a Convenção Nacional Democrática com a participação de mais de mil organizações sociais de todo o país ■ Por iniciativa do Governo AD aumentam os preços da água e os alugueres de contadores com valores que oscilam entre os 16 e os 28,5 por cento ■ Ferreira do Amaral, deputado do PPM, afirma em entrevista ao «DL» que Prouenza de Carvalho deverá ser afastado da RTP dado que «não faz sentido que a poucos meses das eleições autárquicas nada se faça para criar um clima de isenção» na televisão ■ O maestro Lopes Graça é homenageado na Associação de Amizade Portugal-URSS ■ Estudantes de várias escolas de Lisboa protestam contra despacho de avaliação do 12.º ano que designam por «decreto do chumbo».

21 Domingo

O executivo do PSD de Faro afirma em comunicado que «um reduzido número de militantes» anda a tomar posições públicas «provocando instabilidade, prejudicial à implantação e à imagem social-democrata no Algarve e no País»; o diferendo nas hostes do PSD está ligado à contestação dos órgãos directivos locais, liderados por José Vitorino ■ Freitas do Amaral, de passagem por Madrid, considerou inaceitável uma redução da assistência financeira da NATO no momento em que «Portugal dá a sua contribuição» ao reforço da organização «mediante a entrada da Espanha» ■ Termina em Lisboa a Convenção Nacional Democrática condenando «firmemente qualquer tentativa de revisão da Constituição que vise adular o sentimento e o carácter das instituições e do regime democrático» ■ Kruz Abecasis anuncia que o presidente do Conselho Executivo do Maputo visita Lisboa em Junho.

22 Segunda-feira



Convenção Democrática em Lisboa

É adiada, sem qualquer explicação, a abertura do concurso para a primeira fase da renovação urbana de Martim Moniz ■ O secretário de Estado da Emigração, José Vitorino, chega a Madrid para uma visita oficial de quatro dias ■ É desconvocada a greve prevista para quarta-feira na Petroquímica, pelo facto do conselho de gerência ter finalmente aceite encetar negociações para a aplicação de um plano complementar de reformas ■ As Comissões Unitárias de Mulheres do Porto iniciam a recolha de assinaturas para um abaixo-assinado a entregar brevemente em Lisboa, onde se afirma que «a política do actual Governo se caracteriza pelo agravamento generalizado das condições de vida»; o objectivo é exigir a demissão do Governo AD ■ Três trabalhadores ficam gravemente feridos numa explosão de gás quando procedem a reparações numa câmara subterrânea de cabos dos TLP, na Damaia ■ Segundo o INE, o índice de preços ao consumidor aumentou 25,6 por cento em Fevereiro, em relação ao mesmo mês do ano passado.

23 Terça-feira

O presidente da Câmara Municipal de Mértola, Serrão Martins, e outras três pessoas morrem num brutal acidente de automóvel, próximo de Alcácer do Sal ■ O Governo aumenta os preços do ensino para obtenção de carta de condução ■ A direcção da Confederação Nacional da Agricultura responsabiliza o Governo pelo «alarmante estado sanitário do efectivo pecuário nacional, vítima do alastramento de doenças transmissíveis ao homem, em resultado do escandaloso contrabando de gado» ■ João Salgueiro, ministro das Finanças e do Plano, declara que o Governo vai manter a desvalorização deslizando do escudo a uma taxa de 0,75 por cento ao mês.

Editorial

ANTES QUE SEJA TARDE

Uma das características mais notáveis da vida portuguesa actual e das que melhor ilustram as importantes alterações produzidas na correlação de forças políticas e sociais a favor de uma urgente viragem democrática na situação do País reside na extraordinária riqueza de expressões da vontade popular contra o Governo "AD"/Balsemão/Freitas e a sua política de desastre nacional.

Greves, manifestações de rua, desfiles, concentrações, movimentos cívicos, lutas estudantis, iniciativas parlamentares e outras, constituem formas correntes de descontentamento e protesto, de reivindicação social e política, de um poderoso movimento operário, popular e democrático de massas que se desenrola no plano nacional — nas fábricas, nos campos, nas cidades — e no qual participam milhões de portugueses.

Principalmente nestes primeiros três meses de 1982 essa vasta movimentação nacional assumiu com frequência formas superiores, adquiriu uma nova qualidade, forjou a base de massas e a flagrante oportunidade política para uma pronta e necessária decisão da questão do Governo no quadro institucional.

Um realce particular deve ser dado ao facto desta intensa e diversificada movimentação política e de massas se haver processado rigorosamente no quadro da legalidade democrática, no uso pleno de direitos e liberdades consagrados na Constituição da República — o que mostra as possibilidades inesgotáveis de expressão da vontade popular abertas pelo regime democrático saído do 25 de Abril.

O acervo e a envergadura das lutas travadas são impressionantes:

As "Marchas da Paz" de Lisboa e Porto que puseram a desfilar nas ruas das duas cidades mais de 200 000 portugueses; a "semana de luta" dos agricultores do Norte e do Centro do País de 8 a 14 de Fevereiro, na qual participaram em formas por vezes notavelmente aguerridas muitos milhares de agricultores; a histórica Greve Geral do dia 12 de Fevereiro, a mais importante do movimento operário português que paralisou mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores do Continente e das Regiões Autónomas; as imponentes manifestações nacionais pela demissão do Governo, em 6 de Março; a concentração de protesto contra a escandalosa manipulação da TV, além de outras concentrações, em S. Bento, de estudantes, de trabalhadores da Função Pública e outros; as interpelações parlamentares ao Governo pelo PCP, a UEDS e a ASDI e as moções de censura apresentadas pelo PS e agora pelo PCP; numerosas greves sectoriais e de empresas por aumentos salariais e outras reivindicações; a Convenção Nacional Democrática em defesa da Constituição que reuniu no Coliseu de Lisboa representantes de mais de 1000 agremiações de todo o País, na sequência de uma grande campanha nacional e de um abaixo assinado, que já recolheu as assinaturas de mais de 180 000 cidadãos com os mesmos objectivos, são as de maior relevo entre muitas outras.

Ontem, 24, a coincidir com as comemorações do Dia do Estudante e das importantes lutas estudantis de 1962, fizeram greve professores e estudantes do ensino superior e no domingo iniciar-se-á a "Marcha contra o desemprego" que em 4 de Abril fará convergir para Lisboa milhares de trabalhadores. Isto é, dois dias depois das comemorações do aniversário da Constituição da República.

O significado desta vasta movimentação nacional deve avaliar-se não só pela força da participação popular mas ainda pela composição social e política da massa dos participantes.

Neste último aspecto seria profundamente erróneo delimitar os contornos políticos desta enorme massa de cidadãos em movimento nas áreas-limite dos partidos políticos actuais.

O que se manifestou e lutou neste conjunto de poderosas acções de massas é a parte mais combativa e progressivamente mais ampla de um vasto bloco de forças políticas que hoje se opõem ao Governo, à prática política e ao projecto da

Aliança reaccionária e que não passa necessariamente pela linha divisória dos partidos existentes.

Igualmente, no plano social, nele se situam os trabalhadores, que são a componente mais numerosa e dinâmica, mas também classes e camadas que se desligam progressivamente das forças sociais dominantes na coligação reaccionária governante — os grandes capitalistas e latifundiários, aliados do imperialismo.

São exactamente estas particularidades que reflectem e corporizam de maneira visível as alterações produzidas na correlação de forças a favor de uma urgente viragem democrática de política e de Governo.

O que se manifestou e lutou e se reafirmou em novos campos de acção foi a expressão ampliada do conjunto maioritário de forças, classes e camadas que em 7 de Dezembro de 1980 infligiram uma estrondosa derrota à "AD" e ao seu candidato Soares Carneiro nas eleições presidenciais — derrota que se aprofundou ainda mais nas fases posteriores até à actualidade.

É um vasto bloco político e social que integra naturalmente os comunistas e a parte mais substancial dos socialistas mas também outros democratas sem partido e ainda membros e eleitores dos próprios partidos de direita — uma larga franja de antigos apoiantes do PSD e mesmo do CDS que se desligaram da sua área de influência.

A extraordinária movimentação de massas nos últimos meses acentuou o isolamento político da "AD" e do seu Governo, reduziu de forma notável a sua base social de apoio, demonstrou de maneira visível que a actual maioria parlamentar da coligação reaccionária governante não tem já correspondência no plano eleitoral.

Esta conclusão é de extrema importância para a solução da questão do Governo no quadro institucional — a "AD" perdeu força e está mais fraca, ofende mesmo já abertamente órgãos de soberania como a AR, como ainda ontem se comprovou na discussão da moção de censura do PCP. A oposição popular e nacional anti-"AD" é mais forte e é hoje largamente maioritária.

Uma outra importante questão decorrente da intensa e diversificada movimentação política e de massas que se desenvolve no País é a determinação das linhas de força da situação actual, da conjugação, interdependência e objectivos centrais imediatos das diversas frentes de luta do Povo português na presente conjuntura.

Onde está o centro de decisão do problema político fundamental do Povo português no momento actual, ou seja: a demissão do Governo Balsemão/Freitas do Amaral e o afastamento da "AD" da área do Poder?

É significativo que o PS e pessoalmente Mário Soares insistam na falsa tecla de que a "sede própria" para a demissão do Governo é a Assembleia da República, embora saibam não ser isso possível na actual composição da AR e endossam a responsabilidade do general Ramalho Eanes a continuação do Governo. Independentemente do desrespeito da "AD" pelos órgãos de soberania que não controla e mesmo daquele em que ilegítimamente dispõe da maioria — a Assembleia da República.

É igualmente significativo que Mário Soares e os círculos que lhe são afectos neguem força e legitimidade política — e mesmo institucional — a frentes de luta de carácter aberto que não dominam ou que influenciam minimamente como sejam o movimento sindical, as estruturas do movimento operário e popular, as grandes iniciativas cívicas que imprudentemente conotam com o PCP.

É simplesmente torpe a forma como o "Portugal Hoje" — órgão oficial de Mário Soares — para justificar os acordos do PS com a "AD" a nível da Comissão Parlamentar para a revisão constitucional, ataca uma realização de tão forte expressão política e cívica como foi a Convenção Nacional Democrática.

Mário Soares e os seus amigos, assim como de maneira compreensiva os círculos dirigentes da "AD", procuram injustamente negar, iludir e mesmo reduzir à irrisão o potente

movimento popular de massas que se desenvolve e diversifica por todo o País.

É também significativo que os mais conspícuos e fascizantes "analistas" da reacção procurem escamotear a real gravidade e os perigos verdadeiros que resultam para o regime democrático e para as grandes transformações da revolução de Abril das alterações antidemocráticas já acordadas entre os negociadores do PS e da "AD" no seio da Comissão Parlamentar para a revisão da Constituição.

O fundista do jornal "O Diabo", que trabalha activamente para alçar Freitas do Amaral a Primeiro-Ministro, procura mesmo fazer passar as alterações de fundo à Constituição da República, já acordadas entre o PS e a "AD", como de "meras melhorias formais do texto".

Foge-lhe contudo a pena para a verdade quando diz que o sistema constitucional actual "é Ingobernável, como a "AD" está claramente a perceber". E que "não há condições políticas para impor as mudanças indispensáveis". E põe mais à frente o dedo na ferida: "a revisão é a questão militar". De facto esta é a "questão".

O "documento Almeida Santos" vem retirar em definitivo o véu que a alguns impedia ainda ver o verdadeiro carácter e perigos das alterações acordadas entre o PS e a direita.

Evidentemente que cada frente de luta tem a sua "sede própria" mas não se pode erguer entre elas compartimentos estanques: a sede própria das moções de censura é naturalmente a AR; a da revisão da Constituição é lá também, desde que sejam respeitados os limites formais e materiais da revisão, mas aqui tem o povo uma palavra a dizer no plano extraparlamentar. E não é no plano parlamentar que exclusivamente se resolve o problema político fundamental e imediato do Povo português, não é em S. Bento mas antes de tudo em Belém que pode ser resolvido no momento actual. Contudo, é cada vez mais na força e amplitude do movimento operário, popular e democrático de massas que se estão criando as condições favoráveis para as grandes alterações políticas, — em conjugação da luta de massas e da luta nas instituições — em particular no parlamento onde as moções de censura do PS e do PCP têm uma inegável força política — que surgiu e se tornou madura a oportunidade política excepcional para uma viragem democrática na situação portuguesa.

O que ontem se passou na AR na apresentação da moção de censura do PCP ultrapassa em tudo a imoralidade do Poder da "AD", o seu desprezo pelas instituições democráticas, a sua natureza extremamente reaccionária. O comportamento do PM não só constitui um insulto à oposição democrática e ao órgão de soberania Assembleia da República, como afundou ainda mais no lodçal da ilegalidade democrática que é a sua norma, como provocou a manifesta indignação de muitos dos seus pares.

A demissão do Governo "AD"/Balsemão/Freitas do Amaral, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão idónea, a convocação de eleições antecipadas nos prazos constitucionais — são medidas que decorrem da situação objectiva e da vontade do Povo português afirmada nessa intensa e diversificada movimentação nacional contra a política da "AD" que encontram cada vez mais justificação na prática fascizante do Governo.

Os governantes e o conjunto das forças reaccionárias que se alinham na área da "AD" e certos dos seus aliados de ocasião estão tão certos da justiça das propostas pelo PCP que contra elas abrem o mais cerrado fogo e, no plano da propaganda, a "artilharia" mais paralisante. O "projectil" chama-se "conotação com o PCP".

É um velho jogo da reacção paralisar os adversários não comunistas "conotando" as suas iniciativas e o seu discurso político com o PCP. A técnica é conhecida e tem por vezes resultado sendo mesmo utilizada por outros pescadores de águas turvas.

Mas a justiça das propostas do PCP acabará por impor-se. A inteligência política de todos os que têm nas suas mãos a possibilidade de uma decisão patriótica não poderá deixar de se manifestar nos momentos decisivos. E o momento decisivo chegou e não pode mais perder-se.

Antes que seja tarde.

N.R. — As gralhas dos números são do diabo... No Editorial da semana passada, onde se lia para a Divisa Externa 1200 milhões de dólares deve ler-se 12 000 milhões de dólares. As nossas desculpas.

Porto/Difusão do "Avante!" e de "O Militante"

Aumentar a difusão do "Avante!" é uma necessidade e uma tarefa inerente à intensificação da luta e à complexidade da situação política.

Da compreensão desta questão resultam casos que são exemplos dignos de nota.

Pensamos por isso ser importante registar uma pequena conversa que tivemos com o camarada Veríssimo,

na sua mercearia, à Rua de Camões, na freguesia de St.º Ildelonso, no Porto.

«Em Janeiro vendia aqui cerca de 80 "Avantes!». Então coloquei uma meta: chegar aos 100 até 6 de Março, dia do aniversário do Partido.

Consegui-o antes. Já vendi 100 desde do 25 de Fevereiro», disse-nos o camarada a quem perguntámos quem eram as pessoas que lhe ficavam com o "Avante!».

«São pessoas daqui, que se conhecem há muitos anos, têm consideração, reconhecem a nossa honestidade aqui no negócio e ficam com o "Avante!».

Então são militantes do Partido? — perguntámos. «Não, dos 100 talvez uns 7 ou 8 sejam militantes, mas há até gente ligada ao PS e ao PPD.»

E vendes o "Avante!» sempre às mesmas pes-

soas? «Sim, são pessoas certas, ficam regularmente com o jornal».

Achas que o têm mesmo? Quisemos ainda saber. «Não sei. Podem não ler tudo, mas alguém há-de ler. Mesmo que o compre só por consideração ou respeito, não o deitam fora, alguma coisa lhe há-de ficar».

Distribuir 100 "Avantes!» não é fácil. «Em quantos dias o fazes?» «Dias? No

mesmo dia. Na própria quinta-feira». E a mulher que assistia à nossa conversa explicou: «Uns passam por cá, os que são daqui perto vão e levam e os que ficam mais longe vai ele à noite com a carinhosa».

Atuar a difusão do "Avante!» e do "O Militante" passa necessariamente pela compreensão da importância que estes órgãos informativos desempenham no quadro da luta.

«Eles têm um papel fundamental e insubstituível na ligação do Partido às massas e à sua luta, na recolha de experiências, na elevação do nível de consciência política e ideológica dos militantes do PCP e dos trabalhadores em geral».

Que cada organização, que cada militante discuta e compreenda isto.

A campanha de divulgação avança!

Iniciativas do Partido no distrito de Santarém

A Comissão Concelhia de Cartaxo levou a efeito no dia 21, no Salão da Juventude, um almoço de confraternização do 61.º aniversário do PCP, onde participaram mais de 150 pessoas.

Esteve presente o camarada Hilário Teixeira, membro da DORSA e suplente do Comité Central.

Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, esteve presente numa sessão de esclarecimento organizada pela Comissão de Freguesia de S. Facundo do PCP.

A iniciativa teve lugar na Casa do Povo e o seu programa incluiu ainda passagem de filmes e canto livre com o grupo «Jornada».

Zita Seabra, do Comité Central e deputada à AR, esteve em

Santarém no sábado, dia 20, no Clube da Feira, onde a Comissão Concelhia de Santarém do PCP levou a efeito uma sessão-debate sobre os três projectos de lei recentemente apresentados em S. Bento: protecção e defesa da Maternidade; garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual; legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Presentes muitas dezenas de pessoas.

O Núcleo do Marmeleiro do PCP realizou no passado domingo um almoço de confraternização do 61.º aniversário do PCP.

A iniciativa incluiu uma sessão de canto livre com «Os Galés». Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, de-

pois de salientar alguns aspectos da história do Partido, debregou-se sobre a actual situação política.

Mais tarde, seguiu-se um baile-convívio animado por um acordeonista local. Estiveram presentes mais de 200 pessoas.

Sessão na Maia (Porto)

Promovida pela Comissão Concelhia da Maia (Porto), realiza-se no próximo sábado, dia 27 às 16 horas, na Escola Preparatória da Maia, uma sessão de esclarecimento sobre a actual situação política, enquadrada na batalha da verdade. A sessão contará com a presença da camarada Ilda Figueiredo, deputada do PCP na Assembleia da República.

Estremoz

Os camaradas Vitor Louro e António Vidgal participam no cofício-debate que se realizará no próximo sábado, às 15 e 30, em Estremoz, no Teatro Bernardim Ribeiro. A sessão é subordinada ao tema «O PCP e a situação política actual».

Homenagem a Lopes Graça

A Associação Portugal-URSS homenageou no passado sábado o maestro e compositor Lopes Graça, um exemplo de honestidade, integridade e de coerência, como afirmou José Nereu.

Na sessão, a que assistiram, nomeadamente, o embaixador da URSS em Portugal Arnold Kalinine, Maria Helena de Freitas, Francine Benoit, Vasco Gonçalves, além do homenageado, foi salientada a actividade de Lopes Graça como compositor, maestro, escritor, crítico, ensaísta, pedagogo da canção regional portuguesa e divulgador e intérprete das obras-primas da música soviética.

A iniciativa, que incluiu a acção do Coro da Academia dos Amadores de Música, terminou com a inauguração de uma exposição sobre a vida e a obra de Lopes Graça de que faz parte valiosa documentação, tal como a correspondência trocada com o compositor soviético Serguei Prokovieff.

Em nome do Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS, José Nereu afirmou na altura que iria ser proposta à Associação a atribuição da qualidade de sócio honorário a Lopes Graça. Na URSS o compositor foi já homenageado com a Ordem de Amizade dos Povos, conferida pelo Soviete Supremo.

Castelo de Paiva

No cinema de Oliveira Arda, em Castelo de Paiva, decorrerá no próximo sábado uma sessão do PCP em que estará presente o camarada César Roussado, do CC. A sessão tem início marcado para as 21 e 30.

Camaradas falecidos

Faleceu o presidente da Câmara de Mértola

Num acidente de viação ocorrido na passada terça-feira de manhã, faleceu o militante comunista António Manuel Serrão Martins, de 37 anos, casado, presidente da Câmara Municipal de Mértola.

O acidente vitimou ainda Delim Roda Alho, funcionário daquele Município, Patrício Fonseca Alho, e Maria Constância dos Santos, residentes em Mértola e que acompanhavam o ca-

marada António Martins, numa deslocação a Lisboa.

O desastre resultou da colisão do veículo em que seguiam com um carro pesado, na estrada entre Alcácer e Setúbal (esta de Palma).

Os restos mortais seguiram ontem da casa mortuária de Alcácer para Mértola, onde se realizou o funeral, que constituiu uma impressionante manifestação de pesar.

José Inácio

Foi a enterrar anteontem o camarada José Duarte Inácio, vítima com o seu neto, José Pedro de 6 anos, de um estúpido acidente.

José Inácio — Zé Barbeiro para os amigos — aderiu ao Partido em 1938/39, foi um dos militantes da organização local de

Vila Franca de Xira na sua primeira fase e deu um importante contributo para a acção clandestina do Partido até ao 25 de Abril.

Aos camaradas Vladimiro Inácio, membro da DORL, e Anneli Pesu, filho e nora de José Inácio e pais de José Pedro, e à restante família o pesar da redacção do "Avante!».

António Branco

Faleceu no passado dia 25 de Fevereiro o camarada António

Branco, com 82 anos de idade. O camarada pertencia à organização da Mina de S. Domingos em Mértola.

Cândido Silva

O camarada Cândido Luis da Silva, faleceu, no passado dia

19, contava 62 anos de idade e militava na freguesia da Idanha. Belas.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do "Avante!" dirige aos familia-

res dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

Revolução e contra-revolução na Alemanha
Friedrich Engels

Um clássico do Marxismo

BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sicúcu, 90 - 1000 Lisboa, Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pórtugalia - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baxo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e impresso na Mesquita Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro 54 760

Efeméride da Semana - A 18 de Março de 1978, a Faculdade de Ciências de Lisboa é destruída em poucas horas por um incêndio criminoso, reivindicado pela extrema-direita.

Assembleia da República

Carlos Brito na apresentação da moção de censura:

Demitamos a "AD" do Governo, antes que a "AD" demita o regime democrático de Portugal

O incidente provocado ontem na Assembleia da República pelo Governo «AD», ao decidir fazer substituir o Primeiro-Ministro Balsemão pelo monárquico Ribeiro Teles no papel regimental...

A manhã de ontem e o que durante ela se passou no hemiciclo ganhou inesperada projecção nacional e, à hora em que encerramos a nossa edição, não é ainda possível prever os efeitos que a iniciativa comunista e o comportamento do Governo poderão determinar.

Eram 10 horas e 20 minutos quando o presidente do grupo parlamentar do PCP — cuja bancada se encontrava repleta —, camarada Carlos Brito, subiu à tribuna e produziu um longo discurso.

Na bancada do Governo notava-se a ausência de Balsemão. Nem Freitas do Amaral lá fora. Só Ribeiro Teles, habituado a

fazer recados, levava escrito um papel que se preparava para ler «em nome do Primeiro-Ministro».

No final da intervenção de Carlos Brito, saudada de pé pelos deputados do PCP e aplaudida também por outros oposicionistas, o ministro do PPM cometeu um erro: mandou distribuir à imprensa o recado que pensava ler.

«Estamos, no mínimo», sublinhou o camarada, «perante uma tentativa de violação do Regimento, ou talvez pior ainda, perante uma nova e intolerável tentativa de agravo feita a um órgão de soberania, por excelência representativo da democracia portuguesa».

Aplaudido por toda a oposição, Veiga de Oliveira pediu uma interrupção de meia-hora. No final desse intervalo, seria o próprio PSD a solicitar mais uma interrupção.

É uma afronta às instituições democráticas que um membro do Governo venha à Assembleia da República exigir inquisitorialmente a deputados da República (como fez o deputado Lopes Cardoso) que expliquem se factos que invocaram no uso dos seus direitos resultam de inconfidências do Presidente da República ou do Primeiro-Ministro ou da utilização ilegal e inconstitucional de escutas telefónicas.

Uma afronta à dignidade do Estado e à segurança (constituem) a primeira razão de ser do Estado e o primeiro dever dos governantes». Pela sua parte, o ministro da Administração Interna não vê nada menos do que uma agressão à própria ideia do Estado em cada ocorrência que directa ou indirectamente atinja qualquer agente da autoridade.

A confusão entre o Estado e o Governo e entre o Governo e a pessoa do vice-Primeiro-Ministro é tal que o presidente do CDS já se permite ameaçar desabridamente partidos da oposição com representação parlamentar, ao afirmar como aqui fez no seu discurso «que o PCP e a UEDS estiveram demasiado perto» e que o PS «não se demarcou suficientemente» de «acontecimentos» que, na opinião do presidente do CDS, seriam «altamente reprováveis».

«Aos trabalhadores de saúde, obrigados a trabalhar em serviços cada vez mais degradados e desumanizados, é imposto um tecto salarial de 10,8%, não são chamados a participar na elaboração das suas carreiras profissionais...»

«Como habilitações?» afirmou mais adiante, «e não exigido o 9.º ano e um curso de especialização de dois anos, havendo uma proposta do INS Dr. Ricardo Jorge para o seu alargamento para 5 semestres. A sua carreira foi reestruturada pelo decreto regulamentar 18/77 e os diversos graus da carreira são remunerados pelas letras de O a J. Em Dezembro do mesmo ano é publicado o Decreto 87/77 sobre as carreiras paramédicas, e os seus graus estendem-se das letras J a G. Desde essa data, vai para cinco anos, que os técnicos auxiliares sanitários se encontram pois em situação de flagrante injustiça para médicos, aos quais deviam ser equiparados em graus de carreira».

«A frota nacional», disse ainda Carlos Espadinha, «que ainda há poucos anos era composta por quase 400 traineiras, está hoje reduzida a cerca de 150 e é na sua maioria antiquada tendo poucas condições para ser renovada».

«A frota nacional», disse ainda Carlos Espadinha, «que ainda há poucos anos era composta por quase 400 traineiras, está hoje reduzida a cerca de 150 e é na sua maioria antiquada tendo poucas condições para ser renovada».

«A frota nacional», disse ainda Carlos Espadinha, «que ainda há poucos anos era composta por quase 400 traineiras, está hoje reduzida a cerca de 150 e é na sua maioria antiquada tendo poucas condições para ser renovada».

«... O tecto salarial, sobre cujo montante se assistiu a uma autêntica dança de declarações contraditórias por parte de vários membros do Governo, só podia traduzir-se na intenção de reduzir drasticamente o poder de compra dos trabalhadores. Não é preciso muito para o provar: quando era já certo que a inflação ia atingir em 1981 pelo menos 20% e já havia quem falasse em 25%, o Governo ameaçava com o tecto salarial de 14,75%, impunha-o aos trabalhadores da Função Pública e apresentava propostas salariais verdadeiramente provocatórias aos trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas, testando nestas a sua capacidade para o generalizar».

«... É preciso dizer claramente ao Governo e em especial ao vice-Primeiro-Ministro: «Basta de piraletas! Todos percebemos que os valores e os métodos da política de segurança que nos apresentou não são os do 25 de Abril, são os do 28 de Maio!»

«... Batida pelo mar revoltado da luta dos trabalhadores e pela intensificação da oposição parlamentar, a AD cresce tanto mais na reconstituição quanto decresce na base social e eleitoral e se agrava com as suas dificuldades internas».

«... Nesta situação contraditória acumulam-se, como é evidente, graves ameaças para a democracia portuguesa. Porque a AD tem o Governo e a partir daí procura instrumentalizar o aparelho de Estado e as forças de segurança ao serviço dos seus interesses partidários e dos projectos de restauração do 24 de Abril».

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

Demitamos a 'AD'

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

«... Não fossem as lutas laborais destes meses, incluindo a greve Geral, como poderiam os trabalhadores tentar enfrentar a escalada dos preços?»

Porquê a moção de censura

«... Uma nova moção de censura ao Governo da AD legitimava-se plenamente ante a deterioração sistemática das condições de vida e de trabalho do nosso povo, as notícias cada vez mais alarmantes sobre o desastre que atinge a economia e as finanças do País, as restrições às liberdades e os atentados frequentes e graves à legalidade democrática, os golpes desferidos contra as conquistas democráticas consagradas na Constituição, as operações de desestabilização das Forças Armadas e os planos de alteração do regime por via da revisão constitucional, o recrudescimento dos conflitos intestinos na coligação governamental e a cada vez mais patente redução da base de apoio social e eleitoral dos partidos que exercem o Governo».

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

Elefantes em São Bento

A semana passada foi um compasso de espera que o PCP abriu ao retirar a interpeleção que preparara e ao substituí-la pela moção de censura. Compasso de espera logo ocupado por mais um elefante que entrou pela Assembleia dentro seguro na arrea do PPM.

Com efeito, na véspera da re-entrada do seu «engolidor de elefantes de serviço», na Assembleia, onde foi substituído Portugal da Silveira — Ferreira do Amaral voltou às lides parlamentares na passada sexta-feira —, o PPM, através de Luís Coimbra, pretendia «esclarecer» a posição dos monárquicos no caso da central nuclear de Savyago, na qual o Governo «AD», que também tem um monárquico a velar pela qualidade de vida e pelo ambiente, anunciou ir participar com cerca de 25 milhões de contos.

Era difícil de defender, como sempre, a posição do PPM. No final do debate que provocou, muita gente se perguntava se tinha valido a pena a intervenção de Luís Coimbra, logo seguida de 8 pedidos de esclarecimento: Magalhães Mota, da ASDI, foi o primeiro a fazer perguntas embaraçosas ao embaixador deputado monárquico. Foi directo e inquiriu se, depois de mais este elefante, o PPM mantinha a solidiedade governamental.

Do lado do PCP, lida a fogueira, que salientou a «extraordinária capacidade digestiva» do PPM aos problemas que o Governo cria», nomeando como exemplo as torres do Tejo, Pronça de Carvalho e os silos da EPAC, perguntaria a Luís Coimbra como se integra o plano de participação portuguesa na opção nuclear — sim ou não ao nuclear, afinal de contas?

Toda a oposição reagiu à in-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

Contactos com órgãos de Comunicação Social

Os deputados do PCP à Assembleia da República pelo círculo do Porto, têm vindo a efectuar uma série de contactos e visitas a órgãos de comunicação social no Porto, com o objectivo de aprofundar o conhecimento em relação à situação e problemas da comunicação social e dos seus trabalhadores.

ATP agora foram visitados, a RTP/Norte, «O Primeiro de Janeiro», «O Comércio do Porto» e ainda os Sindicatos dos Jornalistas e dos Gráficos. As visitas prosseguirão com deslocações ao «Jornal de Notícias», «Notícias da Tarde» e RDP.

Na base do largo leque de questões que vêm sendo abordadas — em contactos que têm incluído reuniões com Conselho de Redacção, Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, direcção e administração dos órgãos de comunicação social — e da apreciação que vem sendo feita pela DORP da situação da comunicação social do Porto, está prevista a realização de uma conferência de imprensa bem como o tratamento do problema na Assembleia da República.

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

"Solução" do Governo para o aborto é a pior possível e recua aos tempos de Dona Maria II

A questão da legalização do aborto, vinda a primeiro plano na opinião pública nacional após a recente apresentação na Assembleia da República dos três projectos de lei da autoria do PCP, têm provocado as mais variadas tomadas de posição da parte das forças políticas, de órgãos de informação e de um modo geral, suscitado o interesse de amplas camadas da população e a esperança de ver aprovada uma legislação que corresponda às aspirações dos cidadãos — sobretudo das mulheres —, e que acabe de uma vez para sempre com o flagelo do aborto clandestino.

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

«... Uma nova moção de censura tornou-se necessária para significar, precisamente, que a de-

Nacional



O povo tomou a palavra e o grande debate democrático vai alastrar ao país inteiro

"Grândola Vila Morena" foi a canção ao som da qual encerraram os trabalhos da Convenção Nacional Democrática, logo antes de o hino nacional ter solenemente sublinhado o carácter nacional da sessão que reuniu mais de um milhão de pessoas no Coliseu dos Recreios durante dois dias. "Grândola" daria o tom. O povo tomava a palavra para defender Abril, para reafirmar a esperança de continuar a ser "quem mais ordena", apesar de se saber que, nos corredores do Poder, haja quem tente esconder os "novos" e tortuosos rumos que prepara para o futuro do País.

O facto de haver, no final, cerca de mais de 80 pedidos de inscrição para uso da palavra, prova, só por si, o êxito da iniciativa. Ao longo da tarde de sábado e da manhã e tarde de domingo, cerca de sessenta intervenções trouxeram ao debate uma riqueza inesperada. O conhecimento profundo do articulado constitucional manifestado pelos oradores que vinham de todos os distritos do País e eram mandatados por centenas de organizações sociais do mais diverso tipo, as preocupações manifestadas quanto ao processo de revisão em curso e quanto aos efeitos negativos que uma revisão contrária aos interesses populares poderá vir a afectar os seus próprios direitos e garantias, provaram, por outro lado, que o segredo que envolve a revisão não consegue arrear das preocupações populares um problema que,

como foi repetidamente afirmado durante o fim de semana no Coliseu dos Recreios, diz respeito a todos e a cada um dos portugueses. Operários e empregados, médicos e economistas, mulheres e jovens, gente de variada condição social e cujos interesses são múltiplos, manifestando-se esses interesses no tipo de organizações a que aderem — colectividades de cultura e recreio, associações profissionais e sindicatos, comissões de moradores e de trabalhadores — tomaram a palavra. "Há quem se diga democrático e recete que o povo tome a palavra", foi sublinhado numa intervenção, enquanto outra salientava o facto de que tal só houvesse acontecido verdadeiramente após o 25 de Abril, apesar de o combate por essa participação popular ser velho de séculos e se ter exprimido não apenas em aconteci-

mentos marcantes da nossa História, como também ao longo de um trabalho obscuro, mas empenhado, nas colectividades que o fascismo reprimiu durante tantos anos.

Defender e reforçar a Constituição

Todos os oradores vincaram, entretanto, que a necessidade de defender a Constituição e de a reforçar no que toca a direitos, liberdades e garantias se ligava aos direitos, liberdades e garantias que vivem, após Abril, as organizações que representavam, algumas das quais nascidas após a Revolução e consolidadas após a promulgação da Constituição.

Dos direitos de associação, do direito à cultura — que muitas colectividades sublinharam — até ao direito à saúde que sindicatos médicos vieram defender, ao direito à segurança social, à informação livre e democrática, à defesa das nacionalizações e de outras conquistas que a Constituição consagra, falou-se, no fim de contas da vida após Abril. E, como não podia deixar de ser, extravasando o âmbito que reuniu no Coliseu tantos participantes, muitas vezes se elevaram contra a política da "AD" no Governo.

O Governo e a maioria parlamentar foram vigorosamente criticados por muitos participantes; não só no

campo do não cumprimento de promessas eleitorais, mas sobretudo no que toca ao desrespeito revelado pela "AD" em relação à legalidade e à Constituição. Foi assim que a necessidade da demissão do Governo, da dissolução da Assembleia da República, da nomeação de

verno as chefias militares, pondo-as ao serviço de objectivos partidários e de uma política que hoje se manifesta contra os interesses dos trabalhadores e do povo. Foi sublinhado durante a Convenção que, mesmo que na revisão constitucional o essencial das conquistas po-

A Convenção Nacional Democrática pronuncia-se firmemente contra qualquer alteração de equilíbrio e interdependência dos órgãos de soberania e em particular contra qualquer transferência para o Governo das competências militares do Presidente da República e das actualmente pertencentes ao Conselho da Revolução.

um Governo de gestão e de eleições gerais antecipadas, levantada por um dos oradores, foi vibrantemente saudada.

A actuação da "AD" foi também criticada quanto ao seu projecto de revisão — "o retrato de-corpo inteiro do que querem as forças reaccionárias", como lhe chamou Jerónimo de Sousa, que falou em nome da Cintura Industrial de Lisboa. E muitas preocupações surgiram ao longo do debate, respeitando os acordos que se desenhavam entre as forças reaccionárias e alguns partidos democráticos que põem em perigo o essencial da Constituição.

Aqui tiveram especial relevância as preocupações manifestadas quanto a acordos que possam retirar poderes ao Presidente da República e coloquem nas mãos do Go-

pulares não fosse tocado, o facto de o Governo poder ficar de mãos livres — com as Forças Armadas ao seu serviço e sem um Conselho da Revolução que fiscalizasse a constitucionalidade das leis — o levaria muito mais longe na sua prática de ilegalidade a ponto de subverter o próprio regime.

Um êxito considerável

Em conversa com os jornalistas, perto do final da Convenção, quando apenas faltava aprovar os documentos que dali iam sair, Filipe Dinis, da Comissão Promotora, referiu-se ao "considerável êxito" da CND, à qual nos últimos dias tinham aderido mais uma centena de organizações elevando para 1020 o número de orga-



nizações sociais de todo o tipo.

Aquele dirigente sindical sublinhou também que, pela primeira vez se realizava um grande debate público, promovido por organizações de carácter não partidário. Nesse momento, disse, era já clara a determinação de prosseguir os trabalhos da Convenção Nacional Democrática, para além desses dois dias. Daí a pouco seria, aliás, aprovada a proposta de constituição de uma Comissão Permanente, mais ampla e representativa, que ficou incumbida de levar a todo o lado e a todos os cidadãos e organizações as conclusões da Convenção.

Finalmente, os 1353 delegados, representando as 547 organizações presentes, num total de 1020 adesões — delegados houve que representavam mais de uma organização — aprovaram e sempre por unanimidade e aclamação, os vários documentos propostos.

Dois moções foram assim aprovadas, depois de lidas

por Fernando Mateus, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, uma que, sublinhando a importância cultural das colectividades de cultura e recreio, protestava contra o facto de o actual Governo ter decidido retirar subsídios, transferindo para governadores civis e autarcas da sua cor política o poder discricionário de subsidiar as colectividades que entenda, exigindo a moção, por outro lado, a revogação dessa disposição da responsabilidade de Lucas Pires e Gomes de Pinho.

A segunda moção apelava a todas as organizações que promovessem, nos próximos dias 2 e 25 de Abril, manifestações de massas por todo o País, comemorativas da promulgação da Constituição e da data do derrubamento do fascismo.

Vitor Alves, da Voz do Operário, leu a seguir o relatório da Comissão de Redacção, dando conta de que tinham sido apresentadas 10 propostas de alteração e duas de aditamento à Procla-

mação, tendo a maioria das propostas sido aceites. A Proclamação foi finalmente votada por unanimidade e aclamação. No final, António Teodoro, Presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a cargo de quem ficara também a intervenção de abertura, salientou a responsabilidade acrescida de todos os participantes — no papel a desempenhar na divulgação das conclusões da Convenção Nacional Democrática e na iniciativa de organizar manifestações nacionais.

O trabalho ia continuar. Por unanimidade, a Convenção Nacional Democrática decidiu apoiar e promover, através das organizações representadas, manifestações comemorativas do 2 de Abril e do 25 de Abril. As datas da promulgação da Constituição da República e do aniversário do derrubamento do fascismo serão comemoradas por todo o país, por iniciativa e com o apoio de organizações populares.

Constituída Comissão Permanente

A Convenção Nacional Democrática deve continuar — foi afirmado no final dos trabalhos, numa intervenção que propôs à consideração dos delegados a eleição de uma Comissão Permanente destinada a levar as conclusões da CND a todas as colectividades e associações, a todas as localidades e regiões do país. — O amplo movimento nacional, popular e patriótico que a Convenção Nacional Democrática representa não se esgota com as conclusões do debate e com a aprovação da proclamação.

A CND deve continuar, deve manter e ampliar o seu carácter descentralizador e a maior autonomia das organizações integrantes na definição dos meios e do conteúdo das iniciativas a promover no sentido de prosseguir a tarefa de lançar em todo o lado a luta em defesa da Constituição de Abril.

Foi assim que ficou constituída a Comissão Permanente, largamente representativa no plano sectorial, regional e nacional das organizações aderentes:

ABC Cine Clube de Lisboa; Academia de Instrução e Recreio Almadaense; Associação Democrática de Portugueses em Toronto — Canadá; Associação Portuguesa de Escritores; Associação dos Inquilinos Lisboenses; Ateneu de Coimbra; Centro Social e Paroquial de Alcântara; DEESCOPE — Cooperativa Operária Gonçalo — Guarda; Cine Clube do Porto; Cine Clube de Viseu; Clube de Futebol Alentejo; Clube de Futebol de Benfica; Clube os Galitos — Aveiro; Clube do Pescador da Siderurgia Nacional; Comissão Interdistrital da Sorefina; Comissão Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes; Comissão Nacional Coordenadora das CT's de Seguros; Comissão de Trabalhadores da Arsenal do Alfeite; Conselho de Moradores da Cidade de Lisboa; Conselho de Mulheres de M. Castelo; Cooperativa de Consumo Popular Pinhaltense; Cooperativa de Habitação Económica Tojeltense; Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém; Federação nacional das Coops. de Consumo Fema-coop; Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio; FITEI — Porto; Grupo Desportivo e Cultural de Seica; Grupo «Os Modestos» (Porto); Liga dos Agricultores de Vila Real; Movimento Agricultores e Rendeiros do Norte; Movimento Agricultores e Rendeiros do Norte — MARN; Movimento Democrático de Mulheres — MDM; Movimento dos Jovens Agricultores de Irandela; Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos — MURPI; Sociedade Ordem e Progresso 7 de Setembro — Lisboa; Secretariado de Trabalhadores-Estudantes de Lisboa; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Sindicato dos Textéis de Braga; Sport Clube Sacavenense; Sport. Operário Marinense; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense; Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário»; Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joa. Ant. Aguiar — Évora; Sociedade Portuguesa de Autores; União dos Caseiros da Madeira; União dos Resistentes Antifascistas Portugueses — URAP; União dos Sindicatos de Beja; União dos Sindicatos de Lisboa; União de Coop. Pescas de Peniche; UNIURBA — União Cooperativa de Constr. Civil Espec. Afins SCARL — Algarve.

A Convenção decidirá também que esta Comissão se mantenha em funcionamento enquanto a evolução do processo de revisão constitucional o justifique, dando conta ao Povo português dos resultados das suas acções. Lançou também um apelo a todas as organizações aderentes no sentido de que prossiga a criação de comissões dinamizadoras distritais e locais.

Os perigos de uma revisão contrária aos interesses do povo

Mais de um milhão de organizações aprovaram, através dos seus delegados, a Proclamação final da Convenção Nacional Democrática, dirigida ao povo português, aos órgãos de soberania, aos partidos políticos e a todas as organizações sociais.

Centrada sobre a Constituição — que consagra e garante um regime democrático nos planos político, económico, social e cultural — a Proclamação, lida por João Silva, da União dos Sindicatos de Lisboa, sublinha que a lei fundamental do país deu expressão constitucional aos direitos, liberdades e objectivos fundamentais por cuja concretização as organizações sociais participantes lutam e trabalham dia a dia no seu âmbito próprio.

Assim são sublinhados vários direitos e garantias caras ao povo português: a liberdade sindical e o direito à greve, as liberdades de expressão, de informação e de associação, a liberdade de criação cultural e o direito à cultura, o direito à cultura física e ao desporto, à defesa e promoção da saúde, o direito ao trabalho, à habitação, ao ensino, à educação.

Esses direitos — entre muitos outros — apenas poderão encontrar plena concretização e realização no quadro da consolidação e desenvolvimento do regime democrático, sublinha a proclamação. Afirmando que a Constituição constituiu uma poderosa base de defesa dos direitos, aspirações e interesses populares, o documento aprovado considerava um obstáculo apenas para os que querem ver restaurados os seus antigos privilégios e adianta ainda:

Os limites materiais da revisão da Constituição apenas constituem um constrangimento para interesses e objectivos incompatíveis com o Portugal democrático, e permitem uma ampla margem de aperfeiçoamento e melhoria do texto constitucional.

A opinião do Povo

Pronunciando-se embora favorável à revisão que melhora a

dos termos legais: a via referendária, já derrotada e, hoje, a via do secretismo e das negociações de gabinete, à margem do próprio plenário da Assembleia da República e mesmo fora da Assembleia da República. E sublinha:

A Convenção Nacional democrática reconhece que só a Assembleia da República e os deputados que a compõem, têm poderes para concretizar a revisão constitucional. Mas nada justifica que ao povo português não seja permitido acompanhar, com uma informação que lhe permita formar um juízo seguro sobre um processo de tão grande importância nacional e não lhe seja permitido expressar directamente as suas opiniões.

O povo português tem o direito de ser cabalmente in-

formado acerca do processo, dos objectivos e das implicações da revisão da lei fundamental do país — insiste o documento que, seguidamente, passa a analisar os pontos críticos da revisão — a organização do poder político, as liberdades e direitos, as conquistas no sector económico.

As preocupações manifestadas pela Convenção Nacional Democrática incidem, deste modo sobre o desequilíbrio de poderes entre os vários órgãos de soberania.

A organização do poder político — diz a proclamação — assente no equilíbrio de poderes entre os vários órgãos de soberania, definiu uma solução adequada à realidade que tem constituído um factor de estabilidade das instituições. Em contrapartida — afir-

ma-se mais adiante —, uma eventual alteração profunda da actual situação de equilíbrio, concentrando poderes no Governo e reduzindo drasticamente os poderes do Presidente da República, designadamente o de demitir o Governo, provocaria uma mudança no sistema do poder político e constituiria um grave factor de instabilidade, uma ameaça ao próprio regime.

Perigos graves

Graves perigos são apontados, nomeadamente o da subordinação das Forças Armadas ao Governo:

As Forças Armadas são um garante do regime democrático. É indispensável, para que assim continuem a ser, que não estejam sujeitas a eventuais alterações decorrentes da correlação das forças partidárias. Um Governo não é um regime. E para que se mantenha, sem graves riscos, o compromisso constitucional das Forças Armadas com o regime democrático é essencial que seja combatida e condenada qualquer tentativa para a sua governamentalização.

Outro perigo grave apontado é o da eventual supressão do sistema de fiscalização das leis que viesse a colocar o seu controlo nas mãos dos adversários da Constituição:

A obediência de todas as leis à Constituição é um princípio essencial do regime democrático e pressupõe que continuem a existir mecanismos adequados de fiscalização, que impeçam que a Constituição seja violada ou desnaturalizada por diplomas provenientes de qualquer órgão do poder.

A necessidade de ser assegurada a irrevocabilidade e a ausência de limitações constitu-

nais aos direitos de todos os cidadãos e dos trabalhadores também é vinculada pela CND que manifesta ainda a preocupação pelo perigo que existe de haver alterações que suprimissem o princípio segundo o qual as nacionalizações são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras ou desfigurassem o estatuto constitucional do sector público da economia.

Transição para onde?

Pelo que vem sendo dito — afirma a proclamação — por alguns responsáveis partidários, o pretexto para tais alterações seria o de ter terminado o período de transição para o regime democrático. Todavia, o sentido das alterações em projecto, no que diz respeito designadamente à organização do poder político, apontam para uma tal concentração de poderes que leva a interrogar se tais alterações, se concretizarem-se, não significam o início de um novo período de transição, desta vez em direcção a uma nova ditadura. A Convenção Nacional Democrática pronuncia-se firmemente contra qualquer alteração de equilíbrio e interdependência dos órgãos de soberania em particular e contra qualquer transferência para o Governo das competências militares do Presidente da República e das actualmente pertencentes ao Conselho da Revolução.

A terminar, a proclamação afirma o empenhamento da Convenção na promoção de reuniões e colóquios em torno da revisão da Constituição e dos temas debatidos no passado fim de semana, ao mesmo tempo que se compromete a apoiar e promover as comemorações do 2 de Abril e do 25 de Abril.



Trabalhadores

Salários e lutas

Afinal o tecto existe... ... Mas é «uma média desejável (17%) do aumento global»

— impõe o Governo na Resolução

Segundo veio a público, um ministro do Governo "AD" declarou há dias no decorrer de uma audiência a uma estrutura sindical que oficialmente não tinha conhecimento da existência de qualquer furo no tecto salarial. Mais fez saber que se esse tecto foi na verdade ultrapassado os gestores responsáveis pagarão por isso, pois há sanções que uma Resolução pretende impor às empresas já obrigadas a ceder perante a luta dos trabalhadores, negociando tabelas e outras regalias com conhecimento e participação directa do Governo em empresas públicas como a EDP, Metro, Carris, etc. A Função Pública, pois foi com ela que o caso se passou, está de fora. Por enquanto. Os seus aumentos este ano não chegaram aos 11 por cento. E é para esta média do tecto "AD" que o Governo acha "desejável" a aproximação concreta dos restantes salários que foi obrigado a aceitar.

A Resolução n.º 1-A/82, publicada num suplemento do "Diário da República" com a data de 6 de Janeiro, mas que só foi distribuído em 25 de Fevereiro, impõe a "média desejável" de 17 por cento e mente ao afirmar que esse valor é "idêntico ao da taxa de inflação para o mesmo ano" de 1982. O grupo parlamentar

do PCP apresentava entretanto na Assembleia da República o projecto de lei n.º 318/II que revoga a imposição governamental do tecto e de sanções sobre os valores que o excedam, ou tenham excedido, pois a Resolução pretende ter alcance retroactivo, punindo "indiscriminadamente os trabalhadores e as em-

presas onde o tecto foi furado" frisa o projecto do PCP.

Entretanto e já depois de distribuída a Resolução governamental oficializando o tecto dos 17 por cento, os trabalhadores do Hospital da CUF/Clinica de São Bento alcançavam 20 por cento de aumento da massa salarial global. Na última sexta-feira, era a vez dos transportes rodoviários de mercadorias com 27 por cento, levando à desconvoação de uma greve.

Na sequência das paralisações dos transportes da greve geral e das grandes acções de massas realizadas a seguir, sectores e empresas, umas vezes através de formas de luta outras apenas com recurso às negociações, obtiveram aumentos salariais que, embora não cubram inteiramente o poder de compra entretanto perdido, aproxima-se mesmo assim com realismo da manutenção de um certo nível de vida que o Governo "AD" continua a querer negar à maio-

ria dos trabalhadores e designadamente à Função Pública já obrigada a recorrer à greve e a outras formas de luta entretanto anunciadas para fazer valer esses e outros direitos de uma grande massa de trabalhadores.

O sobe e desce da inflação

É conhecida a política "AD" em matéria de preços e salários. Só a luta, por vezes bem dura e difícil, tem evitado a prática integral da contenção dos salários e permitido enfrentar, por pouco que seja e mal, a subida livre e constante dos preços de bens e serviços essenciais. Este Governo promete (sempre prodígio) taxas de inflação sempre excedidas. Agora fala de 17 por cento para 1982, quando ainda há poucos meses, na altura em que se discutia o Orçamento Geral do Estado admitia implicitamente 20 por cento, pelo menos,

ao estabelecer o limite da isenção para efeitos do imposto complementar (160 contos anuais).

Comentando a Resolução n.º 1-A/82, o preâmbulo do projecto de lei do PCP refere, a abrir, que esse diploma governamental "culmina um processo de actualização do Governo "AD" que se pode resumir em três traços essenciais: por um lado, a Resolução demonstra que mais uma vez o Governo está apostado em afrontar directa e indirectamente a Constituição e a lei; em segundo lugar, ela prova que o Governo, apesar da luta dos trabalhadores, não desiste de persistir na sua política de degradação das condições de vida das classes trabalhadoras; finalmente, em terceiro lugar, a Resolução põe em evidência que a prática do Governo já não se conforma de maneira nenhuma e está irremediavelmente desajustada à realidade social e política do País".

Quem empurrou a Inspeção?

A Inspeção do Trabalho não costuma actuar por sua conta e risco. Pelo contrário. Só depois de muito solicitada e documentada como deve ser é que manda os seus agentes deslocarem-se a algumas empresas a solicitar expressa dos trabalhadores, delegados sindicais ou sindicatos. Raros são mesmo assim os casos em que a Inspeção, dependente de um Ministério "AD", actua em favor de quem trabalha.

Todo o cabimento tem, por conseguinte, a surpresa manifestada pela União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal

perante a atitude inesperada daquela Inspeção que decidiu elaborar os processos em conciliação dos trabalhadores que se encontram sem receber salários na empresa Atlantic da Comporta (concelho de Grândola), sem que qualquer das partes em litígio lho tivesse solicitado.

Sendo a «cumplicidade com o patronato mais que evidente» em alguns dos poucos casos em que se mostra activa, como de resto salienta a União de Setúbal, a Inspeção toma desta vez a iniciativa empurrada por quem? Se o assunto ainda

por cima não lhe diz respeito, que querirá a Inspeção do Trabalho "AD"? Pretende esta dispor de mais uma «pólicia» para estimular a repressão em empresas que talvez ache pouco activa nas mãos de certo patronato?

De um modo ou de outro, dois factos devem ficar registados até porque parecem inéditos: o primeiro é o «zelo» da Inspeção; o segundo (mais perigoso) é o facto de o Governo "AD" pretender, pelos vistos, traçar nova orientação no quadro das relações de trabalho.

Os sindicatos estão atentos. Não vão deixar-se substituir pela Inspeção "AD".

Bancários Significado das eleições

«Os acontecimentos em torno da última tabela salarial e actualmente sobre o contrato são exemplos flagrantes, entre outros, de que a direcção do Sindicato dos Bancários PSD/PS não actua em função dos interesses e vontade dos trabalhadores, mas sim em obediência aos interesses do Governo "AD", que o mesmo é dizer em subordinação aos

interesses gerais do patronato» — sublinha o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP. Num comunicado intitulado «Repór a dignidade e a eficácia no Sindicato», aquela organização do Partido acrescenta que não há memória na história recente do Sindicato de uma direcção que tenha ido tão longe no desprezo

completo pela opinião e vontade dos trabalhadores e dos seus sectores e problemas específicos. Tão longe na tração — frisa o Organismo — que as semelhanças com as direcções fantoches do corporativismo e com o «sindicalismo made in América» adquirem contornos cada vez mais nítidos.

Apelando à eleição de uma lista que «integrando comunistas, trabalhadores de outras tendências e independentes», constitua «uma garantia de mudança necessária e possível», os bancários comunistas reafirmam que «as eleições para o Sindicato em 29 de Abril próximo assumem um significado particular para a vida e o futuro dos bancários», pois trata-se nomeadamente de «repór no Sindicato a democracia sindical, a honestidade e competência, a eficácia e abnegação. Trata-se de tentar restituir aos bancários o seu Sindicato, alienado actualmente das suas funções e objectivos através de indivíduos que oprimam por se servirem dos trabalhadores para servir o patronato».



Sumário das lutas

Livraria Bertrand — Protesto e alerta das organizações representativas dos trabalhadores contra a má situação da empresa e atitudes repressivas do patronato; em menos de 3 anos os cerca de 1100 postos de trabalho ficaram reduzidos a 741.

Transportes Rodoviários de Mercadorias — greve de 24 horas em 22 do corrente contra os obstáculos sucessivos à negociação do novo CCTV.

Dialap (Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes) — greve de 1 hora em 18 do corrente pela negociação do acordo de empresa.

ÁMBAR — Sindicato maioritário (gráficos) protesta e actua contra despedimento abusivo na empresa, na sequência de outras arbitrariedades patronais posteriores à greve geral de 12 de Fevereiro.

Companhia das Lezírias — podem ser adoptadas formas de luta em apoio da revisão das tabelas salariais.

Maquistas da Marinha Mercante — suspensão em 19, nova paralisação marcada para os dias 30 e 31 pelo enquadramento profissional.

Rodoviária Nacional (Santarém) — paralisação em 30 do corrente, se a gerência não arquivar processos disciplinares instaurados na sequência da greve geral de 12 de Fevereiro.

Tudor — previstas novas paralisações para hoje e amanhã, se entretanto não for melhorada a contraproposta patronal.

Construções Técnicas — recuo da administração após intervenção pública dos trabalhadores contra tentativa de impedir a eleição dos delegados sindicais; se a administração não recuasse, a eleição decorreria na rua.

Palace Hotel do Bucaco — caderno reivindicativo apoiado por paralisações em 8,9 e 10 de Abril, se não houver resposta satisfatória.

Ford Lusitana — CT chega a acordo com a administração; aumento geral de 23 por cento foi uma das reivindicações satisfeitas após luta dos trabalhadores.

Alfândegas de Lisboa e Porto — plenários nacionais no princípio da semana para análise da luta «pela transformação das alfândegas num serviço eficiente ao serviço do povo e dos pais».

Egrauto (empresa metalúrgica da Guarda) — metalúrgicos voltam a parar amanhã, se não forem entretanto satisfeitas as suas reivindicações; que incluem aumentos salariais da ordem dos 20 por cento.

Sub-sector da construção de painéis, aglomerados e contraplacados — anunciada greve para 2 de Abril em luta pela revisão do contrato (CCTV).

EPAC (Empresa Pública de Armazenamento do Cereais) — Greve em 18 do corrente por aumentos de 26,0 por cento no quadro de um acordo de empresa.

Fábrica de Louças de Sacavém — movimentação sindical contra o despedimento de 5 trabalhadores.

Escola Secundária de São Julião (Setúbal) — greve contra demissão do conselho directivo pelo Ministério, na sequência da greve geral de 12 de Fevereiro.

Fiscalização Económica — Trabalhadores terminaram em 19 do corrente semana de luta contra a imposição de um regulamento por parte do Governo; previstas novas formas de luta.

J. Bento Pedroso & Filhos (Trajouce, Cascais) — disposição de luta dos trabalhadores durante a greve geral e acções de massas leva um dos patrões a atitudes repressivas nesta empresa de construção civil.

Aviário do Frelxial — Sindicato apela à unidade contra despedimento de um dirigente sindical.

Aveirense — paralisações por novos salários.

Professores — greve de um dia anunciada para ontem pelo Sindicato da Grande Lisboa, abrangendo todos os graus de ensino.

Pesca do arrasto — na última segunda-feira, pela 18.ª vez desde Novembro findo, paralisação por direitos adquiridos no sector.

Função Pública — greve nacional, entre outras formas de luta, marcada para 23 de Abril (ver esta página).

Junta de Turismo do Caramulo — salários em atraso há 7 meses.

Petrogal — Se o conselho de gerência não reintegrar os 7 trabalhadores suspensos poderão ser adoptadas formas de luta.

Petroquímica — Início das negociações impede o recurso à greve prevista para apoiar a aplicação de um plano de reformas.

Descaramento é favor...

Uma das características deste Governo é o descaramento total. Mas descaramento é favor. Vamos ver porquê.

Na Resolução n.º 1-A/82, da responsabilidade do Conselho de Ministros não há apenas falsidades e demagogia. A publicação das normas oficialmente "destinadas a fixar a média desejável do aumento global dos salários em 1982, num valor de 17 por cento", como vem na folha oficial, tem uma história. E não é obra do acaso, nem tem a ver com a rotina da Imprensa Nacional.

A Resolução, com esse ou outro nome, foi aprovada em 23 de Dezembro findo pelo Conselho de Ministros "AD". A semelhança do que sucedera em

1977 tratava-se, como se vê distintamente agora, de um verdadeiro tecto salarial. Sabia-se que o seu limite oscilaria entre os 15 e os 17 por cento e que haveria "sanções". Mas não se conhecia o texto oficial. Este só veio a público dois meses depois.

Mais ou menos nesse período o tecto, que o Governo negava existir, era furado em 9 grandes empresas e 17 sectores. A luta, designadamente a greve geral e as paralisações nos transportes, fizeram subir as médias salariais para valores entre os 22 e os 40 por cento. Isto durante dois meses, consecutivamente.

Como os três macacos da história, o Governo não estava cá. Como não havia tecto salarial

também não havia furo! Certo ou não?

Oficialmente, claro está, não existiu tecto, nem furo, nem Resolução, nem greve geral, nem paralisações nos transportes, nem aumentos na EDP, nem Governo, nem nada de parecido, afinal.

— Que houve então entre 23 de Dezembro de 1981, dia da Resolução e 26 de Fevereiro de 1982 dia da publicação?

— Aumentos salariais muito superiores aos fixados pelo Governo em 23 de Dezembro findo, aumentos esses que o mesmo Governo quer agora reaver. Pelo menos, uma grossa fatia...

Certamente, os trabalhadores não vão deixar.

Salários e pacote «AD» impõem luta na Função Pública

• Marcada greve nacional

A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, perante o pacote laboral tornado público pelo Governo "AD" em 18 do corrente, decidiu desencadear várias formas de luta que incluem um dia de greve nacional em 23 de Abril. Até ao final de Maio decorrerá ainda uma semana de luta e uma manifestação na capital. Segundo o caderno reivindicativo imediato (CRI) aprovado no 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, que decorreu em Lisboa em 12 e 13 do corrente, uma das alterações mais importantes da posição do Governo, reivindicadas no sentido de salvaguardar o poder de compra dos trabalhadores, incidia na «negociação desde já de uma correcção à actual tabela salarial em valor igual ao da degradação do salário real dos TFP durante o último ano e tendo em atenção os valores médios praticados nas últimas convenções colectivas de trabalho».

Recorda-se que o aumento geral global dos salários, imposto recentemente, na FP, não chega aos 11 por cento.

Ainda no âmbito da massa salarial, o CRI exige «a actualização do valor do subsídio de refeição para 110 escudos diários; a actualização das diuturnidades para 1000 escudos, e a suspensão de qualquer aplicação dos impostos profissional e complementar à Função Pública, até à revisão do sistema fiscal, com a criação do imposto único sobre os rendimentos, como é reivindicado pelo movimento sindical».

Nas formas de luta anunciadas pela Frente Comum, que como se sabe é formada por 32 sindicatos representa-

tivos do sector, englobando naturalmente todas as associações sindicais da Função Pública numa comissão negociadora sindical, está incluída uma Conferência Sindical Internacional a realizar em Lisboa sobre o direito à negociação colectiva directa na Função Pública, através das suas organizações sindicais representativas. Estão incluídas também acções de solidariedade desses 32 sindicatos para com as lutas que se desenvolvem em vários subsectores da FP como sejam entre outros o ensino, alfândegas

do Porto e Lisboa, Fiscalização Económica, trabalhadores dos consulados e missões diplomáticas, enfermeiros e pessoal não docente das universidades.

Ameaça directa ao emprego

O chamado pacote laboral AD para a Função Pública ameaça directamente o direito ao trabalho e põe em risco milhares de empregos. Formalizado em projectos de decreto-lei já aprovados em Conselho de Ministros, o pacote incide (ou reincide) em matérias como a admissão de pessoal e medidas destinadas ao seu descongestionamento, princípios gerais sobre recrutamento e selecção de pessoal dos quadros dos serviços e organismos da Administração Central, quadros e carreiras de pessoal e incentivos para deslocação e fixação de trabalhadores da FP na periferia.

Sobre estas questões já se pronunciaram várias vezes as associações sindicais da FP e designadamente a Frente Comum, durante as lutas que acompanharam a tentativa de revisão salarial de 1981. Pronunciaram-se naturalmente contra formas simplistas de resolver questões que atinjam o direito ao trabalho e sejam susceptíveis de aumentar ainda mais

a enorme taxa de desemprego já existente em Portugal. No seguimento dessas tomadas de posição sindicais, apoiadas pelos trabalhadores, o caderno reivindicativo comum aprovado no 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos da FP reclama segurança e estabilidade de emprego para todos os TFP designadamente através da negociação de um novo regime de vínculo à Administração.

Essa negociação — reivindicam os trabalhadores e os sindicatos — deve ser anterior a qualquer «racionalização de estruturas ou efectivos». Deve nomeadamente atender à criação de condições para a integração nos quadros de todos os trabalhadores a eles ainda não vinculados, tendo em conta a planificação das necessidades dos diferentes serviços e organismos. Este processo deve contar, segundo o caderno reivindicativo do 1.º Congresso, com a participação dos Sindicatos e com oposição a qualquer quadro de excedentes.

Além disso, ainda no campo da segurança e estabilidade de emprego, deve ser negociado e aprovado «um estatuto profissional para os trabalhadores dos consulados e das missões diplomáticas, sua integração na Função Pública e negociação anual dos salários».

Quadros e carreiras

No que respeita a carreiras, quadros e classificação de serviço o caderno reivindicativo imediato (CRI) dos TFP aprovado no 1.º Congresso propõe aos trabalhadores quatro direcções de luta:

• Pela discussão imediata da proposta da Federação com alterações ao Decreto-Lei 191-C/79 («correção de anomalias») já discutida com os trabalhadores;

• Pela definição de prazos e condições para abertura obrigatória de concursos de promoção;

• Pela alteração dos quadros de serviços e organismos em que se verifique um generalizado bloqueamento das perspectivas de promoção dos trabalhadores;

• Pela reabertura da discussão sobre a avaliação do mérito profissional, tendo em conta a experiência negativa de aplicação do regulamento 57/80 e as conclusões do debate entre os TFP sobre a classificação de serviço.

O caderno reivindicativo, que remete para o programa

princípio da negociação anual para actualização das remunerações (na parte não constante da actualização da letra) antes da aprovação do OGE e para regulamentação de condições de trabalho específicas».

Como foi reafirmado no 1.º Congresso e aprovado pelos mais de 900 representantes dos trabalhadores do sector, este Governo continua a não negociar com os Sindicatos da Função Pública. Quando muito, recebe-os pró-forma,

Situação dos quadros

As direcções sindicais da Função Pública foram mandatadas pelo 1.º Congresso da Federação, realizado em 12 e 13 do corrente em Lisboa, para criarem em cada Sindicato um grupo de trabalho com três objectivos sobre a situação dos quadros técnicos da Administração Pública. Segundo moção específica, votada juntamente com o programa de acção, esses grupos de trabalho devem "fazer um estudo aprofundado dos diversos problemas" relativos àqueles trabalhadores; apresentar "um diagnóstico completo" da sua situação profissional e material; e promover, dentro dos 30 dias seguintes, "uma reunião alargada dos quadros técnicos integrados em cada Sindicato para análise e discussão das conclusões apresentadas".

de acção donde constam, desenvolvidos e aprofundados, os objectivos gerais da luta que não se esgota na reivindicação imediata, trata por último da salvaguarda dos mais elementares direitos dos trabalhadores assalariados dos consulados e missões diplomáticas, nomeadamente através da sua «integração na Função Pública; da elaboração de um estatuto profissional que contemple a situação específica em que este grupo de trabalhadores da Função Pública se encontra (o que só é possível desde que os interessados participem nessa elaboração, através do seu legítimo representante, o STCDE — Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas na Europa); do reconhecimento do

mas sem qualquer utilidade. Ao mesmo tempo que impõe «miseráveis aumentos, quer lançar no desemprego milhares de TFP». A par da inexistência de medidas para transformar «a Administração Pública no sentido de melhorar os serviços prestados à população», este Governo e a política "AD" tentam colher dividendos demagógicos da própria ineficácia administrativa por que são os primeiros responsáveis. Querem ludir os problemas junto da opinião pública, aliando responsabilidades e tentando «implicar» apenas trabalhadores cada vez mais mal pagos e prejudicados nos seus direitos legais. É contra essa política que, segundo o Congresso e a Frente Comum, a luta vai continuar nos TFP.



Comissão Central da JCP As perspectivas de unidade e dinâmica da juventude



tória da Marcha contra o desemprego, através de dezenas de plenários e reuniões nas empresas e nas localidades, criação de comissões de desempregados, inscrição de participantes, debate do problema do desemprego — principal flagelo social que afecta a juventude — tendo os jovens contribuído, significativamente, para o êxito desta importante realização do movimento sindical unitário.

Mais adiante, pode ler-se:

«Reforçou-se o movimento associativo dos TE's, registando-se vitórias unitárias em todas as eleições realizadas até este momento, tendo sido retirado à direita a única ATE que influenciava (no Porto). Reforçou-se o dinamismo do STEESP, aprofundou-se a ligação ao movimento sindical unitário, criaram-se condições para o aprofundamento e desenvolvimento da luta neste sector.

«O movimento associativo do ensino secundário embora debilitado pela acção paralisante e desagregadora da direita, tem-se mantido em torno da actividade das AEs unitárias, do surgimento de dezenas de jornais, grupos culturais e desportivos e do desenvolvimento de iniciativas reivindicativas nas escolas.

«Na Universidade desenvolveram-se múltiplos processos reivindicativos, nas 3 Académias, com recurso a formas avançadas como a greve, em torno de problemas que se prendem com a avaliação de conhecimentos, a Autonomia Universitária e os Serviços Sociais, estando em preparação uma jornada de luta e solidariedade para o próximo dia 24.

«A CC da JCP, ao analisar os resultados eleitorais nas escolas do ensino superior e secundário, considera que ao contrário do que a direita tem vindo a difundir, influenciando mesmo a opinião de alguns sectores democráticos, o avanço da direita verificado nos últimos anos estacou. Este facto positivo é resultante da participação crescente destes sectores da juventude na luta contra o Governo «AD»/Balsemão e por objectivos próprios, assim como a crescente consciência da política antiestudantil da «AD» e dos seus governos. No entanto, esta situação não se reflectiu ainda no acréscimo significativo da influência eleitoral da corrente democrática nas escolas, tendo a CC sublinhado a

necessidade do aprofundamento da intervenção política dos comunistas no movimento estudantil, desmascarando e apontando a cumplicidade da JSD e JC com acção do MEU e de toda a política do Governo «AD»/Balsemão.

Próximas iniciativas

No capítulo dedicado ao reforço da organização («reforço político e orgânico da vanguarda revolucionária da juventude portuguesa»), a CC aponta a importância das seguintes direcções de trabalho: o **alargamento**, avançando com audácia para o recrutamento orientado de novos militantes e apontando para a realização, ainda este ano, de uma campanha de recrutamento; a **estruturação**, criando novos colectivos em todos os sectores de actividade; o **aprofundamento da ligação às massas**, dinamizando a luta reivindicativa específica da juventude e a actividade geral da JCP; o **reforço da militância** perante as tarefas e as responsabilidades que a actual situação política nos coloca.

Além de um Encontro Nacional de Quadros, a realizar em data oportuna e cujo trabalho preparatório deverá constituir um vasto debate sobre a actividade da JCP nos últimos dois anos, a CC da JCP decidiu:

- apontar para o empenhamento das organizações na realização do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, sob o lema «Juventude, voz da Paz», tornando o de 1982 o maior de sempre. Os 35 festivais locais, já marcados, permitem encarar com confiança o êxito desta actividade já tradicional da JCP, que constituirá novamente uma grande iniciativa de animação cultural e participação juvenil.
- promover a «Semana de protesto e luta das escolas secundárias» entre 18 e 24 de Abril, que visa sensibilizar e mobilizar a juventude estudantil das escolas secundárias para a luta contra a política do ensino «AD»/MEU e reforçar a intervenção e a divulgação das propostas da JCP.
- apelar ao empenhamento de todas as organizações da JCP quer na actividade geral de preparação e montagem da Festa do «Avante!», quer na

construção da Cidade da Juventude, este ano, sob o lema da Paz.

- realizar este ano como grande iniciativa nacional de Verão da JCP os **Acampamentos** que todos os anos têm mobilizado milhares de jovens garantindo em condições acessíveis momentos de franca confraternização e convívio.
- A CC apontou a necessidade de se iniciar, desde já, a preparação de grande batalha política que serão as próximas eleições autárquicas.
- A terminar, o documento refere que a Comissão Central considerou de plena actualidade os quatro pontos para a unidade da juventude portuguesa, na sua reunião de Novembro de 81:
 - Defender Portugal de Abril, a Constituição, a democracia e a liberdade.
 - Lutar contra o desemprego e pelo direito ao trabalho.
 - Lutar por um ensino no caminho da democracia e do progresso social.
 - Defender a paz, lutar pelo desarmamento, combater o imperialismo.

A Comissão Central «reafirmou a sua ideia de disponibilidade para encontrar, em torno destes pontos, formas de acção comum ou convergentes, a nível nacional, regional ou local e considerou que não estão esgotadas as amplas possibilidades de aproximação com outras organizações juvenis democráticas, nomeadamente a Juventude Socialista e organizações católicas», e «sublinhando o papel insubstituível da JCP na vanguarda da luta juvenil, reafirmou a sua total confiança em que a juventude dará um importante contributo para afastar os perigos que hoje pairam sobre o regime democrático e para prosseguir Abril».

Apoio aos 3 projectos-lei recentemente apresentados pelo PCP na AR

A propósito dos projectos-lei sobre protecção e defesa da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e legalização da interrupção voluntária da gravidez, apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, a Comissão Central da JCP aprovou no passado fim-se-semana o seguinte documento:

Abriu trouxe novas perspectivas à vida da juventude, com direito ao trabalho e ao ensino, com direito ao desporto e à cultura, com direito à habitação — Abriu trouxe a possibilidade de uma vida a dois com igual oportunidade de participação na vida política e social. Abriu trouxe a perspectiva de futuro mais justo e mais feliz.

Mas a direita, o Governo «AD» insistem em querer adiar o nosso futuro.

Continuamos a viver num país em que a mulher, as jovens são discriminadas no trabalho pelo direito que têm de ser mãe. Num país que possui a maior taxa de mortalidade infantil, a maior percentagem de crianças deficientes da Europa. Num país onde não existe qualquer protecção à maternidade, a educação sexual foi retirada dos programas escolares. O planeamento familiar foi proibido aos jovens menores de 18 anos. Há conceitos inteiros onde não existem consultas de planeamento familiar, outros onde é impedida a sua expansão. São milhares de técnicos competentes da Direcção-Geral de Saúde. O aborto clandestino é uma realidade do nosso país (as estimativas são de 100 a 300 mil por ano), que afecta particularmente as jovens. Foi atendendo a esta realidade, que o PCP tomou a iniciativa de apresentar na AR três projectos de lei sobre protecção e defesa da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Abriu abriu à juventude a perspectiva de uma vida melhor, onde não haja lugar para a discriminação, para a mentira, para a hipocrisia.

Abriu abriu à juventude a perspectiva de um amor sem culpas e sem medo, plenamente assumido.

E por isso que assegurar a protecção e defesa da maternidade através de medidas concretas no domínio da saúde, as condições de trabalho e de segurança social; garantir o direito ao planeamento familiar com a liberdade de informação e de acesso de todos os cidadãos, incluindo os jovens, independentemente do estado civil e de forma gratuita; defender a inclusão nos programas escolares da educação sexual, permita o desenvolvimento dos jovens com vista ao exercício livre e responsável dos seus direitos; legalizar o aborto não como um meio de planeamento familiar mas como último recurso, permitindo às mulheres que a ele têm de recorrer, condições de saúde, higiene e segurança que ponham fim ao flagelo social que é o aborto clandestino, são medidas concretas que vêm ao encontro dos sentimentos mais profundos da juventude

e em particular das jovens.

A CC da JCP manifesta o seu mais vivo apoio à iniciativa marcadamente juvenil do PCP de trazer à discussão questões tão importantes como aquelas que ressaltam aos três projectos de lei e que tocam profundamente a juventude.

A CC da JCP denuncia o carácter marcadamente obscurantista, reaccionário e demagógico das forças de direita, que em nome do direito à vida e fingindo ignorar a realidade social que é o aborto clandestino, vêm defender em palavras o que sempre negaram e impediram na prática — a educação sexual e o planeamento familiar.

A CC da JCP repudia a forma discriminatória com que os órgãos de comunicação social têm abordado e omitido o carácter indissociável dos três projectos-lei do PCP, escamoteando o seu verdadeiro objectivo, que é de contribuir para a realização da mulher, da jovem como mãe, trabalhadora e cidadã consciente e responsável.

A CC da JCP considera que cada um deve e pode decidir segundo a sua consciência e reafirma que todos aqueles que não pretendem usufruir desse direito legal não podem atirar para a clandestinidade milhares de mulheres e jovens que todos os anos são abrigadas a realizar abortos.

A CC da JCP, pela a todos os jovens que, pelas mais variadas formas, façam chegar à AR o seu apoio aos três projectos-lei do PCP e participem na batalha da verdade por uma vida mais feliz e mais justa!

No Alto da Ajuda o trabalho vai começar

Já não é novidade, mas vale a pena recordar: este ano a Festa do «Avante!» continua no Alto da Ajuda. Lá estaremos! Todos os que no ano passado ali foram e ainda mais, com vem sucedendo de ano para ano, desde 1976, quando pela primeira vez se realizou a Festa do «Avante!».

Dessa feita foi nas instalações da Feira Internacional de Lisboa. A reacção, na altura, não acreditou que fosse possível levar por diante o empreendimento. «Os comunistas vão-se espalhar!» — diziam para quem os quisesse ouvir.

Mas a Festa realizou-se — e nem a chuva que nesse ano caiu constituiu impedimento a que dezenas de milhares de pessoas por ali passassem. Desiludida, a reacção franziu o sobrolho.

E no ano seguinte, por artes e manhas, o recinto da FIL era interdito a que ali se realizasse a segunda Festa do «Avante!». Como alternativa, surgiu o Jamor.

E em boa hora se avançou naquela alternativa pois a experiência indicava que na realidade o recinto da FIL era exiguo para a multidão que prometia ser assídua na Festa.

«Esta vez é que os comunistas vão estampar!» — e a reacção esfregava as mãos de contente, ao imaginar um presunível fiasco na vastidão do Jamor.

Que não foi com a experiência do primeiro ano — onde muito se aprendeu — novas soluções foram adoptadas para um terreno onde praticamente não existiam infraestruturas, em que todos os pavilhões tiveram de ser construídos, em resumo, uma Festa que partiu de um terreno completamente nu.

Ali se realizou, em dois anos consecutivos, a Festa do «Avante!». Mas novamente as dificuldades surgiram. Os terrenos eram preciosos, não sei quantos complexos desportivos iriam ser construídos no local, e alguns tractores chegaram mesmo a passar no terreno para dar a ideia de que as obras estavam prestes. Contudo, em 1982, os terrenos do Jamor continuaram exactamente na mesma como na altura em que a última Festa do «Avante!» ali realizada foi desmontada. Apenas o mau mudou.

E eis-nos no Alto da Ajuda, pela primeira vez, no ano de 1979. Terreno virgem — o que custou desbravar aquelas encostas pedregosas e cobertas de mato — ali se ergueu durante três anos uma cidade de três dias, uma cidade de cor e luz, que alterava profundamente a fisionomia de Lisboa para quem viesse do sul, ao atravessar a Ponte 25 de Abril. E em 1982, ou seja, este ano, ali se ergue pela quarta vez a Festa do «Avante!», possivelmente (quase que temos a certeza!) com mais gente do que a que por ali passou na última Festa.

A Festa já começou

É talvez uma força de expressão dizer que a Festa já começou. Na realidade, o que já começaram foram os trabalhos preparatórios da implantação — já estamos no terreno, enquanto os últimos retoques são dados nos projectos que no papel futurizam o que vai ser este ano a Festa. E por isso dizemos que ela já começou. Porque a Festa não são só os três dias em que aquele recinto se enche de multidão vinda das mais diferentes partes do país. A Festa é também o convívio da jornada de trabalho, a tarefa que muitas vezes tem de se realizar numa corrida contra o tempo, é o reencontrar de caras amigas e que só se vêem naquela época do ano, é a vivência no trabalho, por vezes árdua, que aumenta de intensidade à medida que o dia da abertura se aproxima no calendário.

Mas a Festa é também — findo o bulício dos três dias — tudo o que é preciso fazer para a desmontar. A tristeza de ver partir camaradas para as suas regiões à medida que os tubos e os tapumes vão sendo abatidos e a tralha vai sendo arrumada nas camionetas, mas também a alegria pela certeza de se reencontrar no próximo ano.

A Festa é tudo isto e ainda mais. Melhor do que o descrever é estar lá. Participar na montagem, folgar nos dias da Festa e colaborar na desmontagem. E de certeza que no ano seguinte lá está caldo, ora estendendo fios eléctricos, ora pintando painéis, montando tubos, estendendo toldos, participando enfim num sem número de tarefas que são próprias da Festa.

Já estamos na Ajuda

Já estamos no Alto da Ajuda onde se vai realizar este ano a 7.ª Festa do «Avante!». Já lá estão os estaleiros por onde passa muito do trabalho a fazer.

E daqui parte-se para o terreno, para erguer as estruturas, preparar os arrumamentos, coser os toldos, etc.

Há trabalho para todos, já. Na primeira linha, os que são mais necessários agora são os electricistas e os carpinteiros. Mas todos os outros podem vir, que não faltam tarefas.

Desde a primeira Festa que o trabalho voluntário e militante tem sido uma componente importante para tornar possível o que já é conhecido em Portugal como a maior e única iniciativa do género. Também este ano contamos com o trabalho voluntário e militante das camaradas e simpatisantes comunistas e não só para mais uma vez transformarmos o Alto da Ajuda.

Outras informações

Não podemos esgotar hoje todas as informações sobre a Festa. Não por vontade de fazer «calcinha» mas porque algumas ainda não estão bem definidas e seria incorrecto dar informações que depois, por esta ou aquela razão, poderiam ser alteradas. Mas algumas coisas podemos já adiantar.

No respeitante aos espectáculos os palcos, que se mantêm nos locais dos anos anteriores, irão ser melhorados no aspecto técnico.

Os apaixonados pela música irão deparar com ainda melhores condições de som e de luz do que as que apreciaram no ano passado.

Por seu turno, a experiência feita na Festa anterior no campo do vídeo, face a ter recolhido tanto agrado, vai ser repetida este ano com grandes novidades. Pode-se dizer que neste campo vai haver grandes surpresas... e para todos os gostos.

Entretanto, o programa da Festa está a ser ultimado, tendo em conta, como sucedeu sempre nas Festas anteriores, a diversidade e a qualidade. Muito em breve começaremos a dar os primeiros nomes dos artistas que este ano participam. É de estar atento!

Exposição sobre a APU e o Poder Local

Quem viu no ano passado a Exposição sobre o 60.º Aniversário do PCP ter-se-á interrogado: «Será possível fazer, para o ano, uma iniciativa semelhante?».

Pois a resposta ali está. A um nível diferente, é certo, até porque o assunto é completamente diferente, a Organização da Festa e do Partido vão montar uma exposição sobre o Poder Local que certamente atrairá a esmagadora maioria dos visitantes.

Muitas ideias estão já delineadas, soluções foram já encontradas: o Poder Local como conquista popular, instrumento e garantia da democracia e um meio para a realização das necessidades e aspirações populares vai estar presente na Festa.

E ninguém melhor do que o PCP, que conhece as realidades nacionais e as necessidades do país e das populações para meter ombros a esta tarefa, que é a Exposição sobre o Poder Local.

Como o demonstra todo o trabalho desenvolvido nas autarquias sob a sua gestão, só o PCP/APU é capaz de resolver os problemas das populações e todo esse saldo positivo de gestão autárquica vai estar presente na Exposição, sob as mais variadas formas. Uma exposição a não perder e sobre a qual daremos posteriormente mais informações.

E por hoje mais não acrescentamos. Mas a partir de agora daremos semanalmente notícias da Festa do «Avante!» até ela se realizar.

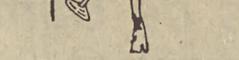
Juventude Voz da Paz Já marcados 35 festivais

• Espinho e S. Pedro do Sul no próximo sábado

O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, iniciativa do «Juventude», já arrancou. Houve já um festival (aconteceu em Vila Real) e muitos outros se seguem nos próximos dias. Sábado, dia 27, decorrerão festivais em Espinho e em S. Pedro do Sul.

No total, estão já marcados 35 festivais, número que atesta a grande receptividade da iniciativa junto da população jovem.

Oportunamente, divulgaremos a lista completa daquelas realizações. Podemos, entretanto, adiantar que em Abril se efectuarão festivais em Tortosendo (dia 3), Covilhã (dia 10), Guarda, Gouveia e Matosinhos (dia 17) e em Gaia (dia 30).



O Regulamento Geral

Tendo em conta o grande interesse que a iniciativa continua a suscitar em todo o país, publicamos em seguida as passagens mais significativas do Regulamento do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, cuja organização é da responsabilidade do jornal «juventude», órgão da JCP.

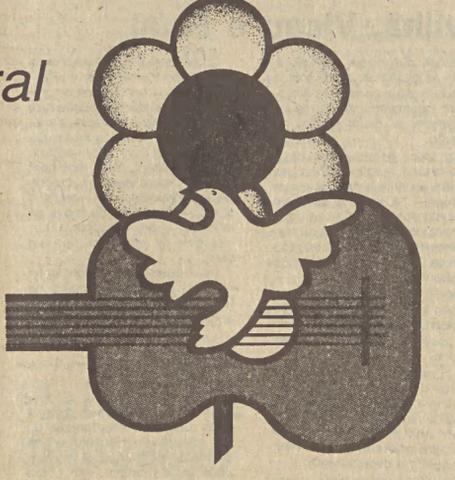
O Movimento dos festivais da Canção Juvenil tem como lema «Juventude Voz da Paz».

Podem concorrer ao MFCJ, jovens portugueses com idade até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham sido

Festivais Locais (concelhos, distritos, de empresa, de escola, etc.) organizados por Comissões Organizadoras Locais; a segunda, constituída por um Festival Nacional.

Os concorrentes ao MFCJ candidatar-se-à atribuição de sete prémios nacionais, a serem

Os interessados em participar na 3.ª edição do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (decorre agora a fase dos festivais locais) devem contactar qualquer organização da JCP e solicitar a jovens amadores com idade inferior a 30 anos, que podem concorrer com uma ou mais canções de tema e forma musical livres, como solistas ou em grupos.



Amtais

social estudantil, por verbas para as escolas e por objectivos concretos generalizando os cadernos reivindicativos por escola ou por academia. Neste contexto, a jornada de luta e solidariedade, promovida pela RIA na Academia de Lisboa em 24 de Março surge como ponto alto na luta dos estudantes universitários.

A CC da JCP considerou ainda que, existem melhores condições para o reforço da acção comum da juventude:

- mantendo actuaente, no seguimento da Marcha de Lisboa e Porto o movimento juvenil pela paz e o desarmamento, contra a instalação de armas nucleares em Portugal, reforçando as acções de solidariedade internacional e anti-imperialista com os povos e a juventude de outros países, vítimas da agressão directa do imperialismo, particularmente com o de El Salvador e os das Caraíbas;
- dinamizando acções pelo direito à habitação, designadamente contra as restrições aos créditos e à inexistência de programas de habitação social;
- impulsionando a luta em defesa do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, contra a instalação de centrais nucleares espalhadas junto à fronteira do nosso país, participando nas acções desenvolvidas pelas autarquias democráticas;
- desenvolvendo o carácter reivindicativo das acções e iniciativas em torno da ocupação dos tempos livres, exigindo apoios para o movimento associativo que se desenvolve nomeadamente na animação cultural recreativa e desportiva;
- mobilizando a juventude e realizando iniciativas que assinem as comemorações do 28 de Março, dia nacional da juventude, do 2 de Abril, aniversário da Constituição, participando nas grandes jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, transformando essas datas históricas em pontos altos da unidade e da acção da juventude portuguesa;
- participando na divulgação, promovendo a discussão e lutando pela aprovação dos projectos-lei do PCP sobre a defesa da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e interrupção voluntária da gravidez.

Do documento final aprovado na reunião da Comissão Central da JCP de 20 e 21 de Março de 1982

Uma iniciativa que suscita grande interesse

terior o nome, idade e morada do concorrente. Deverá, ainda, atribuir um valor pecuniário à obra, para efeitos de seguro.

As obras deverão ser entregues na Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000 Lisboa.

No acto da inscrição, os participantes pagarão a quantia simbólica de 100 escudos, sendo-lhes entregue um recibo mediante o qual poderão levantar, nos prazos adiante indicados, os seus trabalhos, uma vez finda a exposição.

A chegada, as obras serão examinadas pela comissão organizadora que informará o seu autor do estado de conservação das mesmas.

O prazo de recepção termina a 31 de Maio

O prazo de recepção dos trabalhos — informa o Regulamento — termina às 24 horas do dia 31 de Maio próximo.

O júri será constituído por elementos de reconhecida competência em relação a cada uma das secções, tendo sido convidadas a participar no júri as seguintes entidades: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa,

Conselho Directivo da APD, Conselho Directivo da escola Secundária António Arroio, Cooperativa Gravura, Sociedade Nacional de Belas Artes, Cooperativa Escola ARCO e Instituto Português de Fotografia.

«Ao júri, competirá funções de selecção e apreciação das obras.

«O júri entrará entre si as formas de funcionamento interno.

«Três dias após o encerramento da exposição, as obras deverão ser levantadas mediante a apresentação do recibo, na Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000 Lisboa, no prazo máximo de quinze dias.

«Os prémios estão divididos em dois escalões — dos 15 aos 24 anos, cuja lista será brevemente divulgada, e dos 25 aos 30 anos (em cada secção serão distinguidos, com menção honrosa, os trabalhos de melhor qualidade).

«Ao júri competirá, mediante critérios por ele próprio definidos decidir da atribuição ou não da totalidade dos prémios.

«Os casos omissos por este regulamento, serão decididos pela comissão organizadora,» conclui o documento.

O MFCJ decorre em duas fases: a primeira, constituída por

atribuídos pelo júri do Festival Nacional final, nos moldes estabelecidos por este regulamento.

Os prémios são os seguintes:

- Grande Prémio do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil;
- Segundo Prémio;
- Terceiro Prémio;
- Prémio à melhor música;
- Prémio à melhor letra;
- Prémio ao melhor intérprete.

1.º — O Grande Prémio, o Segundo e o Terceiro são atribuídos aos concorrentes em função da qualidade global da sua apresentação (música, letra, interpretação, apresentação e, público, etc.). São sempre atribuídos nominalmente ao concorrente. No caso de um premiado ser um conjunto e não um solista e dando-se o caso de a atribuição do prémio exigir uma indicação individual, o conjunto concorrente deve indicar à Comissão Organizadora do MFCJ o nome do seu componente a quem ele deve ser atribuído;

2.º — O prémio à melhor música original é atribuído ao respectivo autor;

3.º — O prémio à melhor letra é atribuído ao respectivo autor;

sica no caso de não serem o concorrente.

Os concorrentes dos Festivais locais que não tenham sido apurados para concorrer ao Festival Nacional mediante a obtenção de um primeiro ou segundo lugar podem, se o desejarem, concorrer ao Festival Nacional. Para isso têm de preencher todos os requisitos previstos nos moldes indicados.

Após o fim do período de quinze dias anteriormente indicado a entidade organizadora de cada um dos festivais locais procede, no prazo de três dias, ao envio de envelopes com os materiais necessários à inscrição no Festival Nacional e acompanhados de uma acta sobre o Festival que organizou.

Os elementos a que se refere este artigo devem ser enviados para a Comissão Organizadora do MFCJ que funciona na redacção do «Juventude», Rua Sousa Martins, 8-3, telefone 557349 ou 557364.

As entidades organizadoras dos Festivais locais podem decidir sobre todos os problemas que se ponham aos respectivos festivais (inclusive a elaboração de regulamentos de aplicação local) desde que as suas decisões não contradigam e respeitem o presente Regulamento geral. Os casos duvidosos devem ser decididos depois de consultada a Comissão Organizadora do MFCJ.

O Festival Nacional decorre, no distrito de Setúbal, concluindo-se com um espectáculo em local público.

Poder local

A "regionalização" da "AD" não é a regionalização de que o País necessita

Em 3 e 4 de Abril de 1977, na reunião do Comité Central do PCP então realizada, afirmava-se em relatório ali apresentado sobre autarquias locais: "A realização de uma política regional, municipal e local democrática, eficaz e coerente exige a instituição das Regiões Administrativas em área coincidente com as Regiões Plano. Este é um imperativo constitucional que é urgente em prática, sob pena, além do mais, de abrir um precedente de não cumprimento da Constituição em matéria de grande importância. Actualmente nenhum dos partidos representados na Assembleia da República, com excepção do PCP, parece preocupar-se com a instituição das Regiões Administrativas (embora tenham tido a maior pressa na criação das Regiões Autónomas)."

Na resolução do CC do PCP então saída sobre o trabalho nas autarquias locais afirmava-se que a definição das Regiões "deve obedecer a critérios científicos e não ideológicos e pressupõe a abertura imediata de um debate nacional sobre as áreas, as atribuições e competências dos órgãos regionais e outros aspectos do seu regime jurídico e financeiro, que anteceda a publicação da lei".

Na sequência destas tomadas de posição os deputados do PCP apresentaram em 15 de Julho de 1977, na Assembleia da República, um projecto de lei sobre a instituição das Regiões Administrativas. Entretanto nenhum outro partido tomou idêntica iniciativa. Também a Frente Eleitoral Povo Unido, na qual o PCP participava, tomara igualmente posição sobre esta matéria em sucessivos comunicados da comissão coordenadora da Comissão Nacional, de 29 de Julho, 4 de Outubro, 3 de Novembro e 15 de Novembro de 1977.

A posição do PCP baseava-se (e baseia-se) naturalmente na sua orientação geral de defesa do cumprimento das normas constitucionais. E, na verdade, estando à instituição das Regiões Administrativas claramente estabelecida na Constituição (artigos 256.º a 263.º) a ausência de medidas nesse sentido é uma verdadeira inconstitucionalidade por

A "febre regionalista"

Torna-se também claro que a instituição das Regiões Administrativas virá reduzir o poder discriminatório da Administração Central, por conduzir a uma forte participação dos órgãos autárquicos nas decisões que dizem respeito às Regiões, impedindo a arbitrariedade dos investimentos da Administração Central sem o prévio conhecimento dos municípios (e, muitas vezes, contra os interesses das populações locais).

É evidente que este projecto-lei apresentado pelo PCP em 15 de Julho de 1977 sobre a instituição das Regiões Administrativas, não pretendia aparecer como solução definitiva para o problema e sim contribuir para a abertura do debate, (que não veria a luz do dia por manifesto desinteresse das restantes forças políticas com representação parlamentar, nada ou quase nada se adiantando entretanto sobre esta matéria).

Surge agora o Governo com a promoção de um "debate público" sobre regionalização que, nos seus desígnios, deverá conduzir à apresentação de uma "proposta de lei quadro sobre a administração" durante o primeiro semestre do corrente ano, a apresentação de uma "proposta de lei contendo a

Um debate vinciado

Foram distribuídos pelo Governo para "apoio ao debate público" pretendido, entre os quais aparece um curioso questionário candidamente definido como auxiliar da "reflexão sobre os temas em debate" e destinado a "permitir uma recolha ordenada dos contributos das pessoas ou das suas organizações".

Só que nada disto é verdadeiro, os propósitos apresentados não correspondem ao conteúdo. O questionário, pretendido como um documento neutro, surge a induzir respostas, a viciar dados, a orientar hipóteses, tipo "teste made in EUA" a solicitar respostas esquemáticas a questões complexas (género "sim" ou "não") o que, naturalmente, retira toda a seriedade ao questionário e aos seus resultados.

É particularmente significativo (e denunciado) dos reais objectivos do Governo o facto de, ao longo do inquérito, se remeterem várias questões para o "pacote legislativo autárquico" que a "AD" procura impor, como se a aprovação, promulgação e entrada em vigor dessa aberração inconstitucional fosse já um ponto assente.

Tem sido amplamente denunciado o carácter subversivo deste "pacote legislativo", que pretende nada me-

nos que destruir o Poder Local democrático saído do 25 de Abril e impor a revisão inconstitucional da Constituição sobre a matéria.

Outra nota preocupante refere-se à intenção do Governo, que transparece no "programa" apresentado, para concluir em primeiro lugar a desconcentração dos serviços da Administração Central para a periferia, (mantendo os dependentes do Governo), abrindo assim caminho a uma constante ingerência no exercício do poder municipal. Só depois é que viria a "descentralização", programada obviamente para umas quaisquer calendadas...

Torna-se evidente nesta manobra a deliberada "confusão" do Governo "AD" entre desconcentração (devolução de poderes a órgãos de nomeação e confiança central e que actua sob tutela e direcção do Governo) com descentralização (devolução de poderes a comunidades locais e regionais, o que implica o direito de estas prosseguirem a defesa dos seus interesses através de órgãos eleitos da sua confiança). E no meio da "confusão", optam pela primeira. Evidentemente.

"A AD" não está interessada numa verdadeira regionalização — que implicaria a clarificação das competências dos vários níveis do aparelho de Estado: o propósito essencial desta sua ofensiva é conduzir a uma grande operação demagógica com vista às eleições para as autarquias a realizar no final do ano. E ainda lançar uma cortina de fumo sobre os seus graves atentados ao Poder Local, bem expressos, por exemplo, no esbulho de 36 milhões de contos em 1981 e 45,2 milhões de contos em 1982.

Pretende finalmente desviar as atenções do "pacote legislativo" sobre Poder Local (que como já foi dito se traduziria num gravíssimo atentado à sua autonomia e democraticidade), continuar os atentados à sua autonomia municipal usando estruturas dependentes do Governo (como os CCRR's) e ao mesmo tempo dar uma imagem de prosseguir uma política de descentralização que diminua o descontentamento em relação aos seus atentados contra as autarquias.

Nova manobra da "AD" no Porto contra Poder Local democrático

• DORP do PCP denuncia o que está por trás da anunciada "Associação de Municípios"

Um comunicado da Comissão Executiva da DORP do PCP chama a atenção para mais uma grave manobra da aliança reacçãoária a nível autárquico, explicitamente no que respeita a uma chamada "Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto" e outras "Associações" do género que entretanto despontam nos horizontes de subversão autárquica tecida pela "AD". Tal política da coligação de direita no Poder apoia-se neste caso em extensões regionais como a "Comissão de Coordenação da Região Norte" (CCRN) e em presidentes de Câmara e outros órgãos autárquicos que controla.

A pretendida "Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto" integraria os concelhos do Porto, Gaia, Gondomar, Matosinhos, Valongo, Maia, Póvoa e Vila do Conde, existindo já uma "comissão instaladora" e vários "grupos de trabalho" que desenvolvem o "estudo e tarefas prévias" em áreas como a distribuição de águas, saneamento, o tratamento final de lixo, a distribuição de electricidade, o tratamento e processamento de dados e ainda o planeamento físico estratégico da área.

Tal estrutura não passaria de uma falsa associação de municípios, funcionando de facto como super estrutura que retiraria todos os poderes aos municípios e seria dominada pelos presidentes das Câmaras em estreita ligação com o Governo, à revelia dos executivos camarários e das Assembleias Municipais.

Destes modo — e contra as deli-

berações já tomadas nas Assembleias Municipais de Valongo e da Póvoa de Varzim e sem que nenhum dos outros municípios tenha discutido o problema e decidido ao nível de Assembleia Municipal fosse o que fosse — a CCRN, nomeadamente através do eng. Valente de Oliveira e alguns presidentes de Câmara, tenta impor à viva força a referida "Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto", desenvolvendo toda uma actividade como se ela já existisse, interferindo na prática e de forma inaceitável na área de competências dos municípios respectivos.

A semelhança desta manobra, a CCRN já enviou igualmente para os municípios de Penafiel, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras uns "estatutos" (parecidos com os do Porto) para serem aprovados e assim se criar uma chamada "Associação de Municípios do Vale do Sousa".

Destes modo — e contra as deli-

berações já tomadas nas Assembleias Municipais de Valongo e da Póvoa de Varzim e sem que nenhum dos outros municípios tenha discutido o problema e decidido ao nível de Assembleia Municipal fosse o que fosse — a CCRN, nomeadamente através do eng. Valente de Oliveira e alguns presidentes de Câmara, tenta impor à viva força a referida "Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto", desenvolvendo toda uma actividade como se ela já existisse, interferindo na prática e de forma inaceitável na área de competências dos municípios respectivos.

A semelhança desta manobra, a CCRN já enviou igualmente para os municípios de Penafiel, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras uns "estatutos" (parecidos com os do Porto) para serem aprovados e assim se criar uma chamada "Associação de Municípios do Vale do Sousa".

Destes modo — e contra as deli-

Encontro da APU em Lagos

Realizou-se no passado domingo em Lagos um Encontro de eleitos, candidatos e activistas da APU em todos os órgãos autárquicos do concelho, para apreciação do trabalho desenvolvido, discussão e perspetivação das principais linhas de trabalho com vista às próximas eleições gerais autárquicas, tendo estado presente o camarada Luís Sá, director da Revista Poder Local. Os trabalhos decorreram no auditório da Messe Militar em Lagos, onde se deslocaram dezenas de eleitos e activistas da Aliança Povo Unido.

Na própria sala onde se realizou a sessão encontrava-se uma exposição subordinada ao tema "Trabalho dos eleitos da APU nos órgãos autárquicos do concelho", patenteando o dinamismo da APU, a força política que durante o actual mandato mais trabalho desenvolveu em prol das populações urbanas e rurais em prol do concelho.

Vale a pena referir alguns aspectos desse trabalho. A APU durante o seu mandato fez 36 recomendações à Câmara, nomeadamente sobre o aumento de verbas às Freguesias, ao arranjo exterior das zonas do Hospital Velho, Bairro 25 de Abril, Bairro de Santo Amaro

e propõe medidas para a resolução de problemas dos mesmos (nomeadamente a exigência de juizes nos tribunais de trabalho, apoio a greves, manifestações, etc.) e ainda moções sobre problemas com arrastões espanhóis, a política de pescas do Governo e a insegurança dos trabalhadores do mar (como o atesta a morte de três pescadores em Sagres).

A APU apresentou ainda durante o seu mandato 20 propostas, três das quais relacionadas sobre problemas do porto de Lagos, seis sobre a formação de comissões e grupos de trabalho para melhoria do funcionamento da Assembleia Municipal, três pedindo inquérito às obras nos Paços do Concelho, outras sobre a constituição do Conselho Municipal, a toponímia urbana, a construção de edifícios que não respeitam minimamente nem o equilíbrio paisagístico nem a preservação do património ambiental. Aqui merece particular referência a aprovação pela Câmara (de maioria PS) dos «edifi-

cios Lapinha», tendo a APU proposto que fossem à Assembleia os projectos que contrariam o plano de urbanização que esta havia aprovado. Propostas ainda sobre a contratação de trabalhadores a prazo, a transferência para a propriedade municipal do património histórico degradado, sobre abrigos para passageiros na paragem de autocarros mais movimentada da cidade, sobre instalações sanitárias nas habitações rurais dispersas, etc.

De facto, um palmarés notável.

Traçaram-se directrizes e definiram-se orientações para o trabalho a desenvolver com vista às próximas eleições autárquicas, tendo-se visto a possibilidade de atingir a maioria absoluta na Freguesia de Odiáxere, tendo em conta o bom trabalho da APU também ali realizado (embora o PS se tenha coligado à "AD", retirando à APU dois lugares, apesar de ter ali obtido a maioria relativa).

Projecto PS Presidentes de Câmaras eleitos à socapa!

Nos últimos dias, uma questão só aparentemente menor transbordou dos bastidores da revisão da Constituição e dos arranjos que por lá se tramam, para parágrafos discretos no meio de declarações de dirigentes socialistas sobre a questão da regionalização e do pacote autárquico da "AD". Um dia destes terá honras de título, e se a gente não se precata, também honras de lei por via do consenso do PS/AD que vai singrando.

Trata-se da proposta, agora desenvolvida por Eduardo Pereira, membro da Comissão Permanente do PS e responsável pelo pelouro das autarquias do seu partido, de que passem a ser eleitos pelos respectivos órgãos, de entre os seus membros, os presidentes das Câmaras e das Juntas de Freguesia. Isto é — explicita no «PH» da passada segunda-feira — sempre que uma força política não dispusesse de maioria absoluta num órgão, a eleição do seu presidente teria de processar-se no diálogo entre forças políticas (...).

A ideia não é exactamente nova — mas foi convenientemente ampliada Circunscrita embora aos presidentes de Juntas, constava da proposta de revisão da FRS, foi apoiada pela direita, e foi denunciada pelo PCP, nomeadamente no recente seminário sobre o pacote autárquico organizado pela revista "Poder Local", porque abria caminho — a arranjos e alianças tendentes a entregar presidências (de Juntas, e na nova versão, também de Câmaras) a re-

presentantes de listas menos votadas.

Isto é: o presidente não seria eleito por sufrágio directo e universal mas encontraria-se a partir de manobras de bastidores!

A ser aprovada, uma tal lei seria mais um caso de flagrante inconstitucionalidade, já que viola claramente a Constituição actual mas também os limites materiais da revisão nela previstos (Art.º 290.º), que terão que respeitar, segundo a alínea h), «o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema proporcional».

Se a inconstitucionalidade é evidente, evidente é também a tramóia! Que, não senhor, não é

contra a APU, pode ser contra a direita — dirão muitos socialistas de boa fé. Mas quando a "AD", via PSD, quer expressamente aliar-se ao PS para ganhar Câmaras agora APU; quando PS Mário Soares repete que o seu objectivo principal é desalojar a APU nos mesmos casos, esta «saída» viria acautelar, após as eleições e quanto às presidências, todas as situações (que nós prevemos se multiplicarem, e eles pelos vistos também...) em que a APU, força mais votada, não tivesse a maioria absoluta.

Alguém tem dúvidas que, em vigência de tal lei, na presidência da Câmara de Loures, por exemplo, não estaria um membro da APU mas um agente da especulação urbanística?

Nem sequer é gato escondido...

Semana da ecologia no Barreiro

Iniciada no passado sábado com a inauguração de uma exposição na Escola Secundária de Santo André, prossegue até ao próximo domingo a Semana da Ecologia, uma iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro. O programa começa todos os dias às 10 de manhã e inclui, além da projecção de filmes, colóquios dirigidos por especialistas, sempre com início às 15 e às 21 horas.

Em Santo Ildefonso, o PS trai os seus eleitores...

Após as eleições electorais, na primeira Assembleia de Freguesia realizada em Santo Ildefonso, o PS traiu (mais uma vez...) os seus próprios eleitores e os interesses da população aceitando fazer parte da Junta apenas com dois elementos seus para cinco do PSD.

"AD", considerou a campanha eleitoral, o PS condenou a gestão, incompetência e desinteresse. Os actuais eleitos do PSD — afirmou também repetidamente o PS — tiveram graves responsabilidades na situação criada na anterior Assembleia de Freguesia e no seu executivo.

Que confiança podem merecer estes — estes e os que com eles se aliam?

Muitos eleitores do PS, muitos que o apoiaram e nele votaram, sentir-se-ão, com certeza, traídos por esta aliança.

... em Vila do Conde volta costas à gente do mar

O PS e a "AD" manifestaram-se contra a criação de uma Escola de Pescas da Zona Norte, ao votarem contra uma moção pela APU apresentada sobre o assunto durante a última reunião da Assembleia Municipal de Vila do Conde.

A criação de uma Escola de Pescas da Zona Norte foi já objecto de um projecto-lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República. Que os serventurários da "AD" apoiem o seu Governo e prefiram, como este, dar esmolas aos familiares dos pescadores mortos no mar em vez de tomar medidas que o evitem, não é de admirar. Mas os eleitos do PS, que justificam o seu voto negativo dizendo que "escolas de Pescas são ideias do PS roubadas pelo PCP" — a esses apetece perguntar: a quem servem, afinal?

As mulheres organizam-se para defender os seus direitos

• Encontros unitários na Covilhã, Viseu e Faial

Na Escola Secundária frei Heitor Pinto realizou-se no passado dia 14 o Encontro Unitário de Mulheres do Concelho da Covilhã.

Dos 120 participantes, vários intervieram sobre os temas propostos: a mulher e o trabalho, a participação da mulher na vida sindical, custo de vida, condições de vida e habitação, a mulher e a criança. Num momento onde a participação da mulher na produção é relevante

(lembramos que no sector têxtil, predominante naquela zona, 60% da mão-de-obra é feminina, e que na indústria de confecções mais de 80% dos trabalhadores são mulheres), os problemas do trabalho estiveram no centro das preocupações trazidas ao Encontro. Mas outras

questões que dizem respeito a todas as mulheres, como seja a da educação e saúde dos filhos, foram igualmente objecto de intervenções e de propostas de solução.

Por todos os presentes foram aprovadas 5 moções: «Pela paz — não às armas nucleares em Portugal», «Contra o aumento do custo de vida», «Contra o pagamento de 25\$00 por cada medicamento», «Pela discussão pública sobre despenalização do aborto».

Foi também aprovada uma moção de apoio à Convenção Nacional Democrática realizada no passado fim-de-semana em Lisboa.

O Encontro aprovou igualmente dois apelos: um, pela participação das mulheres da Covilhã nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, e um outro pelo seu apoio à Marcha contra o desemprego.

Resultado importante deste Encontro foi a decisão de criar um Secretariado Unitário das Mulheres do Concelho da Covilhã, eleito no final dos trabalhos.

I Encontro de Mulheres do Distrito de Viseu

Também em Viseu, mas no último fim-de-semana, se realizou o I Encontro de Mulheres do distrito, centrado nos problemas do trabalho das mulheres na indústria e na agricultura, da assistência médica, dos direitos conquistados com o 25 de Abril e com a luta corajosa do povo português, agora ameaçados pela política de regresso ao passado do governo "AD".

Os projectos-lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre planeamento familiar, protecção à maternidade e interrupção voluntária da gravidez mereceram intervenções de muitas das 150 mulheres presentes, que concluíram pela vantagem de abrir sobre eles um grande debate nacional, incentivando a participação activa de todas as mulheres, «por mais controversos que os projectos possam ser».

No decurso do encontro foi eleito o primeiro Conselho de Mulheres do distrito de Viseu e aprovado um plano de acção.

O 8 de Março no Faial

Embora com atraso, vale a pena referir a comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade da Horta, que ali foi realizada pela primeira vez numa sessão pública.

A sessão decorreu num clube desportivo da cidade com a presença de cerca de sessenta pessoas, na maioria mulheres, e foi organizada por uma Comissão Democrática de Mulheres do Faial constituída para o efeito e que incluía mulheres de várias tendências políticas.

Várias intervenções deram relevo à data que se comemorava, ao seu significado histórico e à sua actualidade, «porque dia de luta» — necessidade amplamente ilustrada pelos problemas e dificuldades da mulher açoriana ali trazidos.

No decurso da sessão foi aprovada uma moção de saudade às mulheres de todo o País, em especial às do Faial, e um apelo: que a revisão da Constituição mantenha e amplie as conquistas alcançadas pelas mulheres portuguesas.

No sábado, em Lisboa O MURPI em Plenário Nacional

Realiza-se no próximo sábado, na Voz do Operário, em Lisboa com início às 9 e 30, o III Plenário Nacional do MURPI — Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos.

O MURPI, que nasceu vai para 4 anos em Conferência Nacional de Reformados e pensionistas realizada na Amadora com a participação de cerca de 400 delegados, é hoje um movimento de milhares de activistas que se têm esforcado com raro entusiasmo por fazer valer os direitos de quase dois milhões de idosos, inválidos e viúvas, na sua maior parte homens e mulheres gastos pelo trabalho ao longo de dezenas de anos, votados ainda hoje — quase oito anos passados sobre a Revolução de Abril — a pensões que só «por milagre» permitem sobreviver, à marginalização e desprotecção social, quantos e quantos à indigência.

No seu lema — «Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da Vida» — encontra o MURPI o

sentido da sua combatividade, e encontramos todos nós, homens e mulheres de todas as idades, a razão da nossa solidariedade. Quando a actual Constituição que temos e que defendamos estabeleceu, no seu art.º 72.º que «O Estado promoverá uma política de terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas», e ainda que deverá proporcionar-lhes condições que lhes permitam «criarem e desenvolverem formas de realização pessoal através de uma participação activa na vida da comunidade» — aqui, é da vida presente ou futura de todos nós que se trata. E é também por isso — que esse rasgar no futuro que é a sua actividade — que ao MURPI é devido o incondicional apoio de todos os trabalhadores.

No Dia da Árvore os Pioneiros cumpriram!

No domingo era o Dia Mundial da Árvore e começava a Primavera. A Casa do Pioneiro resolveu comemorá-lo a preceito: ao sol, no convívio e na brincadeira. Oitenta pioneiros foram até ao Jardim Zoológico, lá plantaram três árvores, num acto simbólico que quiseram que fosse de solidariedade, «porque ali morreram este ano centenas de plântanos». O resto foi um curioso e divertido «passeio misterioso», milhen-

tas perguntas sobre bichos e plantas e o obrigatório piquenique, além de uma ginacana, trabalhos em barro e plasticina e uma sessão de pinturas que, além do mais, deu para levar para casa aquele dia memorável.

A iniciativa foi dos Pioneiros de Portugal, e a Casa do Pioneiro fica na Rua Prof. Lima Basto, 140, 1.º Esq., a Sete Rios, em Lisboa. Quem quiser, que apare-

ça: os passeios-misterio vão de certo continuar!

Convívio na Brandoa

Os Pioneiros da Brandoa fazemos mais um convite: estão a organizar um almoço convívio para o próximo dia 4 de Abril. Além dos próprios pioneiros do Núcleo, haverá convidados especiais e a parte infantil do Rancho Folclórico da Brandoa.

Terra

Nova escalada contra a Reforma Agrária

MACP põe terras de UCP's em concurso público

«Que esperam os órgãos de soberania, garantes da Constituição e de Abril, para actuarem?» — interroga o Secretariado das UCP/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, num memorando entregue na semana passada por uma delegação de trabalhadores agrícolas daquele distrito aos Grupos Parlamentares do PS, PCP e MDP/CDE, na Assembleia da República, a propósito das últimas acções levadas a cabo pelo Governo contra a Reforma Agrária.

Esta legítima interrogação dos trabalhadores resulta, como já referimos em números anteriores, dos anos sucessivos de violências e arbitrariedades cometidas pelos governos de direita e designadamente pelo Governo AD/Balsemão, dos seus constantes atropelos à lei, da sua actuação prepotente e criminosa cuja última façanha foi a afixação de diversos editais pelos quais o MACP põe a concurso terras da Reforma Agrária que se encontram expropriadas e na posse das UCP/Cooperativas.



Tal aconteceu no distrito de Évora, nas UCP's «S. Gregório», de Arraiolos e «Cabeça Gorda», do Redondo, cujos concursos estão previstos para o próximo dia 30 e na UCP «Nascer do Sol», de Reguengos de Monsaraz, com data marcada para 29 do corrente.

pode aventura, a um plano de exploração ou de produção sem saber quais os meios financeiros com que pode contar.

Ministro diz: «uma coisa e faz outra»

Esta opinião mereceu inclusive a concordância do próprio ministro quando, em 14 de Janeiro último, numa entrevista que teve com os Secretários das UCP/Cooperativas dos cinco distritos da Reforma Agrária, realizada na DRAA, afirmou que sem tais elementos os trabalhadores não poderiam de facto responder ao citado inqué-

«um acto preparatório de uma nova ofensiva, mais vasta e mais perigosa do que as anteriores».

A este respeito, indo ao fundo da questão, sublinham ainda os trabalhadores agrícolas: «A decisão de colocar as terras das UCP/Cooperativas a concurso com o argumento de que não seriam viáveis e que os trabalhadores não tinham revelado capacidade de gestão, revela a dimensão da hipocrisia e do cinismo sem limites a que chegou o Governo e o MACP. Primeiro, durante anos sucessivos, os governos usurparam as melhores terras, máquinas, gado e instalações às UCP/Cooperativas. Reduziram estas, no essencial dos casos, a terras marginais e de inferior qualidade. O Estado foi retendo e não pagando milhões de contos pertença dos trabalhadores, com especial relevo para os valores provenientes de cortiça, e depois vem dizer que as UCP/Cooperativas não são viáveis».

Inquérito burla

Este facto novo na ofensiva contra a Reforma Agrária surge, no entender do Secretariado de Évora, como «represália das posições assumidas pela generalidade das UCP/Cooperativas nos finais de 1981 em relação a um

trêgue na Assembleia da República, e apenas a título de exemplo, em cerca de 500 mil hectares de terra as UCP/Cooperativas semeiam e produzem mais do que os agrários, no passado, num milhão e duzentos mil hectares.

não colhem a azeltona, que não fazem regadios que despejam barragens, que arrancam olivais novos, que deixam morrer gado à fome, que não investem e descapitalizam a agricultura. Nas áreas hoje de novo na posse dos agrários é evidente o retorno a uma política absentista e a um regime de agricultura extensivo e retrógrado.

Esta, uma «política incompatível — concluem — com o regime democrático e o 25 de Abril, uma política incompatível com os interesses da economia nacional e do país».

Enumerando outros aspectos em que se desenvolve a ofensiva, o documento cita os casos de declarações dos agrários aos tribunais, para pagamento das suas dívidas, de bens de penhora que estão na posse e são propriedade das UCP/Cooperativas; de bens das UCP's que são executados por alegadas dívidas à Previdência e ao Crédito Agrícola de Emergência; entregas de novas reservas ilegais a quem já anteriormente havia recebido outras reservas; milhares de contos de cortiça pertencentes aos trabalhadores e de cujo destino ninguém sabe, a que se

Casos de compadrio

Prosseguindo a sua denúncia deste estado de coisas o documento salienta por outro lado a dualidade de critérios utilizada pelo MACP no que diz respeito aos avisos prévios de colocação das terras em concursos públicos. Assim, no caso das UCP's que detêm a posse útil da terra, que estão com sementeiras em curso, que têm um plano de trabalhos em execução, só tomam conhecimento do que se passa quando os editais são afixados. Ao contrário, no caso dos latifundiários expropriados, são antecipadamente informados de que as terras vão ser postas a concurso e convidados a participar nos mesmos como aconteceu com o agrário José Maria Alves da Cunha Carmo, da Freguesia de S. Gregório.

Estamos, pois, perante um vergenhoso compadrio entre amigos que só tem paralelo com a inqualificável discriminação do MACP ao permitir que se apresentem a concurso somente as empresas singulares, não o permitindo às empresas colectivas, isto é, as UCP/Cooperativas caso estas o quisessem fazer.

O Secretariado de Évora questiona ainda sobre as razões que levaram o Ministério a escolher aquelas três UCP's e não outras e sobre o destino a dar aos milhares de cabeças de gado, às dezenas de máquinas e alfaias actualmente existentes e que são pertença dos trabalhadores — lembre-se que só nestas três UCP's do distrito de Évora existem mais de 1350 cabeças de gado e mais de 60 máquinas e alfaias.

A estas perguntas não deu o Director Regional da Agricultura do Alentejo qualquer resposta, adiantando apenas que o as-

de os próprios trabalhadores das UCP/Cooperativas podem concorrer, que «de nada lhes serviria porque se ao longo destes anos não tinham revelado capacidade de gestão não era agora que o iniam revelar».

Política de terra queimada

Para os trabalhadores agrícolas dos campos do Alentejo e Ribatejo comprova-se assim, e uma vez mais, que os únicos e reais objectivos que presidem à

• Primeiro, durante anos sucessivos, os governos usurparam as melhores terras, máquinas, gado e instalações às UCP/Cooperativas, não pagaram as dívidas do Estado, não concederam quaisquer apoios. Agora, vêm dizer que as UCP/Cooperativas não são viáveis.

• Nas áreas hoje de novo na posse dos agrários é evidente o retorno a uma política absentista e a um regime de agricultura extensivo e retrógrado.

actuação do Governo é destruir a todo o preço as UCP/Cooperativas e toda a Reforma Agrária, sem qualquer alternativa, executando uma política de terra queimada, lançando no desemprego milhares de trabalhadores.

Considerando os concursos públicos de terras das UCP/Cooperativas como o «mais recente e perigoso passo na criminosa política de destruição da Reforma Agrária» levada a efeito pelo Governo, o Secretariado recorda que «quem não revela interesse na produção nem capacidade de gestão não são os trabalhadores nem as UCP/Cooperativas, como está amplamente demonstrado. Pelo contrário, são os agrários que mantêm as terras abandonadas, designadamente as áreas de reserva que recebem, que

vêm juntar agora as vendas em hasta pública, ao abrigo do Decreto-Lei 189-C/81.

Depois de reclamarem a «revogação dos editais e a anulação dos concursos públicos de terras» e «a garantia do prosseguimento da Reforma Agrária com a celebração de contratos de uso da terra entre o Estado e as UCP/Cooperativas Agrícolas», o Secretariado de Évora dirige um veemente apelo aos Grupos Parlamentares das forças democráticas da Assembleia da República, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República, aos órgãos de poder local, ao movimento sindical e operário para que intervenham de forma urgente e activa no sentido de pôr termo, em tempo útil, a esta nova escalada contra a Reforma Agrária».

• Afirmam os trabalhadores: ninguém pode dizer o que vai semear sem saber onde o vai fazer, e ninguém se pode aventurar a um plano de exploração ou de produção sem saber os meios financeiros de que pode dispor.

inquérito burla lançado pelo Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP), vindo assim consumir ameaças feitas anteriormente por aquele Ministério e pelo Governo AD.

Deturpando deliberadamente os factos, o MACP justifica a publicação dos editais, em nota ofensiva divulgada em 10 do corrente, alegando que as UCP/Cooperativas não apresentaram planos de exploração.

Outra é, no entanto, a verdade. Para poderem responder a esse inquérito distribuído pelo MACP — onde se exigia entre outras coisas a apresentação de planos de exploração que, mais tarde, transformou em planos de produção — a generalidade das unidades (mais de 300) requereram ao Ministério, uma informação sobre as reservas e outras distribuições de terras que estavam previstas na área das UCP/Cooperativas de forma a que estas pudessem saber qual a área de que iriam dispor, «base indispensável para a apresentação de qualquer plano, seja de exploração ou de produção».

Os trabalhadores solicitaram também uma informação dos créditos com que podiam contar e da situação das dívidas do Estado às UCP/Cooperativas (dinheiros de cortiça, subsídios de gasóleo e motomecanização, indemnização por frutos pendentes e investimentos realizados em áreas entregues como reservas, etc).

Propuseram ainda os trabalhadores a constituição de grupos de trabalho onde eles estivessem representados de forma a garantir «condições mínimas de verdade e transparência na análise das respostas aos inquéritos».

Numa palavra, o que os trabalhadores afirmaram foi que ninguém pode dizer o que vai semear sem saber onde o vai fazer, assim como ninguém se

rito e que, por isso mesmo, os serviços do MACP iniam satisfazer os pedidos de esclarecimento.

Ora acontece que, passados cerca de dois meses, a única resposta obtida foi a publicação dos editais pondo as terras das unidades de produção em concurso público. Ou seja, tal como os Secretariados alertaram em devido tempo, os inquéritos mais não eram do que uma farsa,



A verdade dos números! dois exemplos que desmascaram as mentiras do Governo

UCP S. Gregório — Arraiolos	
Antes da Reforma Agrária	Depois da formação da UCP
Áreas semeadas	
Tigo	61 ha 262 ha
Cevada	27 ha 53 ha
Aveia	32 ha 59 ha
Grão de Bico	9 ha 9 ha
Girassol	10 ha 16 ha
Feijão Frada	5 ha 12 ha
Aroz	10 ha 16 ha
Cevada Distica 9 ha
Favas 4 ha
Tomate 1 ha
Melão
Aumento em cabeças de gado	
Bovino	mais 99 cabeças
Ovino	mais 661 cabeças
Caprino	mais 7 cabeças
Suíno	mais 108 cabeças
Aumento no parque de máquinas	
Mais 1 ceifeira, 8 tractores, 1 enfardadeira, 1 pulverizador, 2 semeadores, 1 moimho triturador, 4 roques, 5 grades de discos, 6 charmas, 4 escarificadores, 1 rebaxador, 3 moto-serras.	
Investimentos realizados	
600 ha de desbravamento de terras; 80 ha de enxerfia de vinha, abertura de 2 charcos, construção de uma manga de embarque de gado, construção de uma eira em cimento.	
N.º de trabalhadores ocupados	
Antes da Reforma Agrária	44 homens
Com a UCP/Cooperativa	95 homens 67 mulheres
Dívidas do Estado	
Cortiça	228 000\$00
Tigo	633 937\$50
Despesas e Investimentos realizados em	

áreas retiradas à Cooperativa	3 583 886\$50
Lucros cessantes, só na vinha	5 000 000\$00
retirados à Cooperativa	9 445 824\$00
Total	8 445 824\$00
UCP Cabeça Gorda — Redondo	
Antes da Reforma Agrária	Com a UCP/Cooperativa
Área inicial da UCP/Cooperativa — 2635,7 ha e 162 trabalhadores	
Área actual da UCP/Cooperativa — 534,9 ha e 59 trabalhadores	
Área posta a concurso — 434,25 ha	
Aumento no efectivo pecuário	
Gado Bovino	mais 13 vacas e 1 touro
Gado Ovino	mais 903 ovelhas
Aumento no parque de máquinas	
Mais 3 tractores, 2 ceifeiras, 1 enfardadeira, 3 roques, 6 alfaias, 3 motores de rega.	
Outros investimentos realizados	
2 salas de ordenha; 2 barrações; 7 cercas; reparações em 2 malhadas para suínos e em 15 casas de habitação. Aramação e enxerto de 1 vinha.	
N.º de trabalhadores ocupados	
Antes da Reforma Agrária	14 homens
Com a UCP/Cooperativa	92 homens
Dívidas do Estado	
Cortiça	4 244 708\$80
Despesas e investimentos feitos em áreas retiradas à UCP	11 290 580\$20
Total	15 535 289\$00
Área inicial da UCP — 1435 ha e 92 trabalhadores	
Área actual da UCP — 414 ha e 13 trabalhadores	
Área posta a concurso — 414 ha	

Mais de 2 mil delegados na 6.ª Conferência da Reforma Agrária

Caracterizado por um amplo debate nas UCP's/Cooperativas, intensificam-se os trabalhos preparatórios da 6.ª Conferência da Reforma Agrária, a decorrer nos dias 29 e 30 de Maio, em Évora.

A 6.ª Conferência, na qual participaram cerca de 2800 delegados e mil convidados, constituirá certamente, a exemplo de anos anteriores, quer pela cuidada preparação, quer pela discussão nos dois dias de trabalho, uma importante jornada em defesa da Reforma Agrária e do desenvolvimento agrícola nos campos do Sul.

Da Comissão Organizadora fazem parte os Secretariados e Uniãoes Distritais das UCP's/Cooperati-

Desporto



Borg em Portugal Para quê? porquê?

A estadia e a actuação no nosso país do célebre tenista Bjorn Borg, por alguns já considerado "o mais prodigioso campeão de ténis de todos os tempos", tem merecido grande atenção na comunicação social e, naturalmente, no próprio público, a começar pelos adeptos daquela salutar modalidade. Nem tudo, porém, o que se relaciona com a vinda de Borg a Portugal já foi dito. Principalmente tendo em conta a perspectiva de que uma coisa é o desporto, outra bastante diferente são os negócios que alguns fazem a custa do desporto...

Deve-se começar por dizer que uma tal situação só se compreende se a enquadrarmos dentro daquilo a que se pode chamar a lógica capitalista do desporto, realidade esta já com um certo desenvolvimento no nosso país nos últimos anos do fascismo, entre o 25 de Abril de 1974 e 1976 seria uma posta em causa, e a partir de então em grande recuperação, nomeadamente nos últimos dois anos, com a AD no poder. Mas isso é outra história a que noutra altura voltaremos.

Agora a história é outra — ou melhor, a mesma, mas contada de outra maneira... — e diz respeito a alguns aspectos relacionados com a visita de Borg a Portugal. Vejamos, pois.

Como tudo começou

Há cerca de mês e meio João Lagos, director da Soténis, foi contactado por Ole Fredericksen, amigo de Bjorn Borg e um dos agentes de McCormack, cérebro do Internacional Investimento Group. Esta empresa é uma poderosa organização que se ocupa, nomeadamente, das "carreiras" desportivas e comerciais de vários atletas, tendo hoje uma "rede" que se distribui por escritórios e delegações em Nova York, Tóquio, Londres, Paris...

O I.I.G. propunha-lhe a realização de um Torneio em Portugal, com a presença de Borg e outros, desde que se reunissem algumas condições técnicas ("piso lento") e um prémio ("prize money") em disputa de 120 000 dólares (cerca de 8400 contos). João Lagos desdobrou-se. Era a sua grande oportunidade. Descobriu um patrocinador (um importador de bebidas) e um banco que desse as garantias bancárias, angariou as autorizações necessárias para a saída de divisas e conseguiu o apoio da Secretaria de Estado do Turismo.

Para a realização do Torneio foi escolhido o Pavilhão do Dramático de Cascais porque tem pouca actividade desportiva (o que lhe permite preparar o tal "piso lento") e está numa zona turística próximo de Lisboa. Lançou-se uma grande campanha publicitária, que espalhou por Lisboa em grandes "posters" a notícia da realização do Torneio. Deram-se conferências de Imprensa, enviaram-se telexes para os jornais.

A "operação Borg" estava lançada. Entretanto, abre-se um parêntesis para pôr uma questão: para além das financeiras, por que razões quis Borg vir a Portugal? Por razões de saturação do treino e de competição (segundo o próprio Borg, desde há 11 anos joga quatro horas de ténis por dia e há dez anos anda em sucessivos torneios, treinos e viagens por todo o Mundo) e também por razões de ordem familiar, Borg impõe-se ou Gianni Ocieppo — seu treinador — impôs-lhe, umas férias de quatro meses.

Para o recomeço foi escolhido o "Open" de Monte Carlo, na 1.ª quinzena de Abril, que Borg se prepara para ganhar. Mas... antes disso era necessário que Borg readquirisse o ritmo de jogo. Assim, a 23/3 tem na Dinamarca um jogo particular, a 24 e 25/3 convinha arranjou um torneio com o tal "piso lento" e a 27/3 (tudo indica) jogará em Famelicão.

Despesas e lucros

Quanto custa esta digressão de Borg a Portugal? Vejamos as despesas: temos para prémios 8400 contos; mais o aluguer das instalações, a preparação do piso do pavilhão de Cascais e Famelicão, campanha de publicidade, deslocações e estadias — andarà tudo, segundo diz João Lagos, pelos 15 000 contos.

Mas... só temos despesas? É evidente que não e, sendo assim, não admira que os bilhetes para assistir aos dois dias do Torneio em Cascais se paguem desde 1 250\$00 para a Bancada da "Juventude" a 6 000\$00 para a Bancada de Topo. Podemos juntar ainda ao "bolo", as receitas a cobrar à RTP pela "cobertura" do Torneio.

Quanto à saída de divisas também não há, segundo se apressam alguns jornais a explicar, razão para nos "preocuparmos". De acordo com os telexes enviados pelo Centro de Turismo Português em Estocolmo "vários operadores turísticos suecos vão promover viagens de avião "charters" a Lisboa, por essa ocasião" e certamente centenas de escandinavos se deslocarão a Cascais. Assim o deve entender também a Sec. de Estado do Turismo, que apoia a realização do Torneio.

E quanto a desporto?

Até aqui só falámos de "negócio". Dólares para aqui e ali, publicidade, alugueres, etc... E o "DESPORTO"? Qual o apreço do interesse desportivo deste Torneio? Qual o "reflexo positivo" para o Ténis nacional? Parece-nos de facto diminuto e bastante arredo dos objectivos do Torneio.

Com efeito, não basta "mostrar" ténis para que isso tenha automáticos reflexos no panorama desportivo nacional. Socorremo-nos aqui das declarações do prof. Laranjinha, director do Centro de Ténis de Monsanto, fez ao programa Grande Encontro em recente oportunidade: o número de praticantes aumentou espectacularmente desde que, após 1974, a RTP tem vindo a transmitir (em directo ou diferido) os grandes jogos de ténis mundial. No entanto o nível do ténis nacional não tem aumentado significativamente.

Umavez por culpa dos atletas, outras dos treinadores, mas sempre por culpa da ausência de estruturas.

O prof. Laranjinha acertou em cheio: não basta promover uma modalidade sem criar estruturas de apoio e desenvolvimento, como também não basta criar as estruturas sem se promover a modalidade, para se conseguir um desenvolvimento correcto do desporto. A Direcção Geral dos Desportos não tem, desde 1976, percebido (ou querido perceber) isso e, pelos vistos, a Federação Portuguesa de Ténis também não (o que até não admira, pois desde há alguns anos que à frente da Federação se encontra o Dr. Armando Rocha que foi, durante anos, o Director Geral dos Desportos do fascismo).

Dal dizermos que não basta apresentar Borg em Portugal para — e por esse facto — termos reflexos positivos no ténis nacional.

Teremos certamente alguns reflexos positivos na venda de equipamentos desportivos a mais alguns entusiastas "levados pelo stórtico do ténis", que experimentarão dar umas "queteadas" mas, ao fim de pouco tempo, desiludidos com a falta de instalações e acompanhamento, abandonarão aquilo que começaram ainda há pouco tempo, transformando os equipamentos em investimento inútil.

A "lógica" dos números

E assim voltamos à "lógica" dos números. Lógica sem qualquer lógica quando os comparamos com os "números" de que dispõe o empobrecido desporto nacional: a C.A.D.A.C. (Comissão de Apoio ao Desporto de Alta Competição) recebeu para 1982 (e para várias modalidades) 8000 contos; o C.O.P. (Comité Olímpico Português) 1300 contos; a Federação Portuguesa de Basquetebol — a que mais dinheiro receberá em 1982 — 10 200 contos; Natação 5200 contos; Ginástica 2850 contos; Xadrez 1650 contos; Pesca Desportiva 500 contos; Campismo 80 contos.

Para ser ainda uma ideia melhor do que é a tal "lógica" dos números, sublinhe-se que o quantitativo atribuído ao (chamado) Desporto Escolar é — pasme-se! — de 17 000 contos, devendo com este dinheiro ser apoiados os alunos de cerca de 10 000 estabelecimentos de ensino primário e de 410 escolas do ensino preparatório, ou seja, mais de 1 000 000 de jovens.

Dito tudo isto, escusado será dizer que (obviamente) nada nos move contra o Ténis, nem contra João Lagos, nem contra Borg. O que queremos é deixar bem expresso que o que se está a passar em Cascais pouco (ou nada) tem a ver com o almejado desporto nacional, como alguns nos pretendem fazer crer ao falarem no "extraordinário lucro desportivo", mas sim com um negócio: um investimento financeiro de que se espera obter lucros. No fim de contas, o desporto de que a "AD" gosta.

Recordando uma resposta de João Lagos a um semanário que o entrevistava: "Hoje sou mais dos negócios que do Ténis... Tem de ser".



Nacional

A luta dos estudantes nas páginas do "Avante!"

As páginas sem censura do «Avante!» foram a notícia, há 20 anos atrás, das acções que em 1962 constituiriam um marco importante na luta que desde os anos 30 até à madrugada do 25 Abril, os estudantes portugueses travaram contra o fascismo

Os estudantes de Lisboa, que já nas lutas de Novembro contra a burla eleitoral estiveram à frente das manifestações, estão vibrando um rude golpe ao fascismo. Numa unidade esmagadora, em greves e concentrações na Cidade Universitária e pelas ruas, milhares de estudantes combatem pelas suas reivindicações e contra a repressão.

Depois do 1.º Encontro Nacional de Coimbra, seguido de grandes manifestações em Coimbra e Porto, a luta estudantil entrou na sua fase mais aguda por ocasião do Dia do Estudante, em Lisboa. A sua interdição pelo governo provocou uma vibrante reacção e 3000 jovens, acorreram no dia 24 de Março ao Estádio Universitário, onde se manifestaram durante 6 horas. Quando saíram, empunhando cartazes e disticos, uma força de 350 polícias que já antes tinha tentado invadir a Faculdade de Direito, lançou-se sobre os jovens provocando numerosos feridos, dos quais pelo menos 30 recolheram ao hospital, sob prisão. A indignação dos estudantes aumentou quando no dia seguinte a polícia, em nova provocação, invadiu a Faculdade de Medicina dissolvendo pela força uma assembleia de 500 estudantes. O luto académico e a não comparência às aulas foram unanimemente decretadas pelas associações.

Greves e manifestações
No dia 26 pela manhã, piquetes de estudantes postados à porta das Faculdades esclareciam os seus colegas que aderiam em massa à greve. As escolas ficaram desertas durante dois dias: só em Lisboa, e contando com os estudantes liceais, participaram na greve mais de 18 mil estudantes. Alguns raros amarelos foram vados e os seus nomes afixados nas associações.

Muitos professores se solidarizaram. O Senado dos Conselhos Escolares apoiaram os estudantes, chegando o governo a proibir mais tarde a realização do Conselho da Faculdade de Direito. Os reitores da Universidade Clássica e Técnica, assim como os directores de várias Faculdades demitiram-se, reconhecendo a razão dos estudantes.

As associações e os dirigentes académicos estão directamente ameaçados: o governo prepara-se para lançar na prisão dezenas de estudantes, disposto a quebrar por qualquer forma a sua luta. A unidade e firmeza dos estudantes será decisiva na próxima etapa da luta, exigindo que sejam libertados os seus colegas presos, defendendo os seus dirigentes e as suas associações, insistindo nas suas reivindicações, até à vitória.

Ajudai os estudantes
O «Avante!» saúda calorosamente os valentes estudantes de Lisboa, de Coimbra, do Porto e de outras terras pela combatividade e espírito unitário demonstrados na defesa das suas reivindicações, pela contribuição que estão dando à luta libertadora nacional.

Contribuir para que os estudantes triunfem na sua luta é um dever de todos os trabalhadores, dos intelectuais progressivos, de todo o povo. O Partido Comunista está firmemente ao lado dos estudantes em luta, disposto a ajudá-los com todas as suas forças.

Solidarizai-vos com os estudantes por todas as formas ao vosso alcance! Manifestai-vos contra a repressão ao movimento estudantil!

No final do Plenário realizado no dia 7, quando cerca de 5 mil estudantes desfilavam em direcção

Arrostando com uma repressão desenfreada, os estudantes portugueses prosseguem a sua grande greve em defesa dos direitos académicos, exemplo de unidade que os coloca nas primeiras filas da luta antifascista.

Lisboa — Depois de uma suspensão da greve pedida pelos dirigentes académicos para negociações com o governo, os estudantes reuniram-se no dia 9 de Maio numa grande assembleia plenária a que assistiram 6 mil jovens e na qual foi aprovada por unanimidade o prosseguimento da greve até se conseguirem as reivindicações fundamentais dos estudantes: reabertura das associações, libertação dos estudantes presos e readmissão dos professores demitidos. Esta assembleia teve grande importância por ter posto a claridade que os estudantes apenas devem confiar nas suas forças e na solidariedade do povo, abandonando qualquer ilusão legalista.

Enquanto os piquetes de greve voltavam a instalar-se à porta das Faculdades, um numeroso grupo de dirigentes académicos ocupou as instalações universitárias e entrou em greve da fome. A invasão da Universidade de pela polícia e a prisão de 1500 estudantes e pessoas de família que os acompanhavam foi um novo acto desesperado do fascismo para quebrar a luta estudantil, mas o coro de protestos que se levantou em todo o País obrigou a libertar imediatamente os jovens presos.

Proseguindo a luta em estreita unidade, os estudantes não se dobraram perante a re-

ção ao Ministério da Educação, acompanhando os seus dirigentes, a polícia voltou a intervir brutalmente, espancando e prendendo dezenas de jovens. Nessa noite, num espectáculo estudantil no Coliseu, os estudantes entoaram o seu hino, gritaram as suas reivindicações e, acompanhados por todos os presentes fizeram um minuto de silêncio.

Unidade para a vitória
Apesar das sucessivas manobras de intimidação do governo, a greve prosseguiu firmemente depois de ter sido suspensa durante 36 horas para negociações. As ameaças do governo só serviram para mostrar a todos os estudantes que o fascismo é o inimigo dos seus direitos, dando-lhes maior consciência do valor da sua unidade. E se a direcção da JUC, cedendo às pressões do governo e do alto clero, pediu aos jovens católicos que furassem a greve, essa posição não conseguiu abalar a magnificente unidade existente.

A resposta às arbitrariedades fascistas foi o alargamento da luta à escala nacional. Em Coimbra decretou-se a greve de solidariedade no dia 27 e prosseguiu o luto académico, depois de uma assembleia magna de 2500 estudantes. No Porto uma reunião geral teve a presença de 1200 jovens e a greve aderiu a maioria da população universitária. Também seguiram a greve e o luto os estudantes de vários liceus e colégios de Lisboa, os estudantes da escola técnica de Almada, que fizeram uma manifestação nas ruas, e jovens de outras localidades.

O governo aguardou o início das férias da Páscoa para anunciar medidas brutais contra os estudantes. As associações e os dirigentes académicos estão directamente ameaçados: o governo prepara-se para lançar na prisão dezenas de estudantes, disposto a quebrar por qualquer forma a sua luta. A unidade e firmeza dos estudantes será decisiva na próxima etapa da luta, exigindo que sejam libertados os seus colegas presos, defendendo os seus dirigentes e as suas associações, insistindo nas suas reivindicações, até à vitória.

Ajudai os estudantes
O «Avante!» saúda calorosamente os valentes estudantes de Lisboa, de Coimbra, do Porto e de outras terras pela combatividade e espírito unitário demonstrados na defesa das suas reivindicações, pela contribuição que estão dando à luta libertadora nacional.

Contribuir para que os estudantes triunfem na sua luta é um dever de todos os trabalhadores, dos intelectuais progressivos, de todo o povo. O Partido Comunista está firmemente ao lado dos estudantes em luta, disposto a ajudá-los com todas as suas forças.

Solidarizai-vos com os estudantes por todas as formas ao vosso alcance! Manifestai-vos contra a repressão ao movimento estudantil!

No final do Plenário realizado no dia 7, quando cerca de 5 mil estudantes desfilavam em direcção

Arrostando com uma repressão desenfreada, os estudantes portugueses prosseguem a sua grande greve em defesa dos direitos académicos, exemplo de unidade que os coloca nas primeiras filas da luta antifascista.

Lisboa — Depois de uma suspensão da greve pedida pelos dirigentes académicos para negociações com o governo, os estudantes reuniram-se no dia 9 de Maio numa grande assembleia plenária a que assistiram 6 mil jovens e na qual foi aprovada por unanimidade o prosseguimento da greve até se conseguirem as reivindicações fundamentais dos estudantes: reabertura das associações, libertação dos estudantes presos e readmissão dos professores demitidos. Esta assembleia teve grande importância por ter posto a claridade que os estudantes apenas devem confiar nas suas forças e na solidariedade do povo, abandonando qualquer ilusão legalista.

Enquanto os piquetes de greve voltavam a instalar-se à porta das Faculdades, um numeroso grupo de dirigentes académicos ocupou as instalações universitárias e entrou em greve da fome. A invasão da Universidade de pela polícia e a prisão de 1500 estudantes e pessoas de família que os acompanhavam foi um novo acto desesperado do fascismo para quebrar a luta estudantil, mas o coro de protestos que se levantou em todo o País obrigou a libertar imediatamente os jovens presos.

Proseguindo a luta em estreita unidade, os estudantes não se dobraram perante a re-

pressão desenfreada, os estudantes portugueses prosseguem a sua grande greve em defesa dos direitos académicos, exemplo de unidade que os coloca nas primeiras filas da luta antifascista.

O POVO LEVANTA-SE EM TODO O PAÍS CONTRA A FARSA ELEITORAL E O FASCISMO em grandiosas manifestações, greves e lutas de rua!

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES EM ALMADA
A luta estudantil em Almada desenvolveu-se com grande firmeza e unidade. Os estudantes realizaram uma manifestação de massa no dia 24 de Março, com a participação de milhares de jovens. A repressão foi brutal, com a prisão de dezenas de estudantes e a intervenção da polícia para dispersar a manifestação.

NOVAS DEBROTAS DO SALAZARISMO
A oposição do «Sociedade Maria» foi uma luta contra o fascismo. UNANIMOS E ORGANIZADOS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PARA DERUBAR A DITADURA FASCISTA.

NOVO PARTIDO COMUNISTA
O novo partido comunista foi criado em resposta às necessidades da luta antifascista. O seu programa é a libertação nacional e a construção de uma sociedade socialista.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

O NATAL DOS PRESOS POLÍTICOS

O Natal dos presos políticos é uma data de luta e de resistência. Os presos políticos devem continuar a lutar até à libertação nacional.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

NOVA PERPECTIVA
A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

Ingêrência crescente dos EUA na América Latina

O maior risco que corre na Guatemala é o da massiva intensificação do apoio dos Estados Unidos à ditadura — declarou anteriormente — um encontro com a imprensa Andrea Ramirez, membro da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca que se encontra entre nós a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Poderemos acrescentar, com toda a justiça, que para toda a América Central, é esse igualmente o maior risco o do apoio intensificado dos EUA às forças da reacção, o da ingerência sistemática do imperialismo para tentar impor as suas "soluções".

Isso é verdade para a Nicarágua, que se viu forçada a decretar o estado de emergência no país para fazer frente a actos de terrorismo e a "riscos de agressão internos e externos", enquanto o representante da Nicarágua na ONU, Chamorro Mora, pedia uma reunião urgente do Conselho de Segurança para tomar medidas destinadas a evitar uma agressão dos Estados Unidos.

É igualmente verdade para El Salvador que no próximo fim de semana viverá mais eleições farsa, que já não podem enganar ninguém quanto ao carácter aberto-terrorista do regime, cuja continuidade só é possível graças ao apoio crescente e multiforme da Casa Branca.

O assassinato de quatro jornalistas
A notícia correu mundo. Quatro jornalistas de uma cadeia de televisão holandesa foram assassinados pelas tropas da junta salvadorenha. Um assassinato que constitui sem dúvida uma gota de água no aceno da prática terrorista quotidiana da Junta. Mas um assassinato com um significado muito particular — pretende-se falar de dúvidas, que a verdade não seja conhecida.

Tudo indica que as consequências de tal acto criminoso andam bem longe das pretensões dos seus autores. O crime assumiu proporções de escândalo internacional. Demonstrando mais uma vez a clara consciência dos povos de quem é

o verdadeiro responsável do que se passa na América Latina, manifestantes reuniram-se, em Amsterdã, frente aos consuldos de El Salvador e dos Estados Unidos, para protestar contra o assassinato dos quatro jornalistas holandeses.

Entretanto a perseguição à Imprensa assumiu tais proporções que o próprio governo brasileiro exigiu a junta fascista garantias para os jornalistas daquele país em serviço em El Salvador, enquanto uma equipa de cadeia de televisão americana "ABC", em vésperas de deixar Salvador, decidiu pedir protecção diplomática à sua embaixada.

Delegação guatemalteca em Portugal
No 1.º de Maio de 1980, realizaram-se grandiosas manifestações nas principais cidades da Guatemala — a repressão fez 116 mortos. Em Fevereiro do mesmo ano, 31 pessoas foram queimadas vivas na embaixada de Espanha — no fundamental compromisso que se manifestavam pacificamente, uma tentativa de denúncia, a nível mundial, da situação de miséria total em que são obrigados a viver. Reuniões de dirigentes sindicais foram assaltadas pela polícia. Desapareceram todos.

Estes são factos marcantes que determinaram o fim da luta com expressão legal. Por força de uma repressão brutal, as organizações democráticas e revolucionárias guatemaltecas viram-se forçadas a optar pela luta armada e uma organização clandestina do movimento popular. As mesmas organizações que no princípio deste ano puderam anunciar a sua unidade através da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca, dirigindo esforços comuns na luta contra a ditadura e apresentando ao povo guatemalteco um programa popular e coerente de governo.

A Guatemala é o único país com uma política anti-popular onde não há presos políticos. O que significa que o assassinato é a forma corrente de repressão. Assassinato selectivo e assassinato indiscriminado. O ano passado 72 aldeias, com os seus habitantes, foram riscadas do mapa, pelos aviões e helicópteros que os EUA torreceram à ditadura. Durante os massacres, crianças são esbarrachadas contra as paredes. Os soldados jogam à "bola" com bebés de poucos meses.

Apesar da violentíssima repressão, nada pode deter, nada detêr — como nos afirmou a camarada Andrea Ramirez — a luta do povo guatemalteco. Isso mesmo ficou mais uma vez provado nestas últimas e tão controversas "eleições". A Unidade Revolucionária tinha previsto que em 60% do território nacional (cerca de 71% da população do país) as eleições não teriam lugar — trata-se de factos de zonas de combate, da luta armada de guerrilha, contra a ditadura. Mas a taxa de abstencionismo ultrapassou as previsões da Unidade Revolucionária. Mesmo segundo os números oficiais é de 87%. Uma elucida condenação do regime num país onde a divulgação da verdade se paga com a morte. Uma prova clara de que os "aliados" do sr. Reagan na América Central estão condenados. Mais tarde ou mais cedo.

Golpe na Guatemala
Na tarde de terça-feira, um grupo de oficiais ligados à extrema-direita que se auto-denominou como «Movimento de Jovens oficiais», derrubou o presidente da Guatemala e anunciou a formação de uma Junta Representativa do Governo. No seu primeiro comunicado à população, este grupo afirma: «Face à crise política, social e económica criada e mantida por um grup de guatemaltecos sem escrúpulos, o Exército decidiu trazer a Guatemala de regresso à verdadeira democracia, exigida por todos os sectores da população». Tudo indica que o golpe na sequência de conflitos entre os vários partidos de direita que participaram na farsa eleitoral, contestando posteriormente os seus resultados. A verdade é que, muito embora o grupo que desferiu o golpe, prometa a democratização da vida nacional, não é de esperar uma verdadeira alteração da opressiva realidade política guatemalteca. Estas promessas de democracia foram lídadas no rádio por Lionel Sisoniga Otero, candidato do Movimento de Libertação Nacional, partido de extrema-direita que no fundametal agrupa os latifundiários e defende um maior estreitamento de relações com os grandes monopólios norte-americanos. Trata-se portanto de um golpe de extrema-direita. Golpe que entretanto reflecte as profundas divisões entre a direita e a instabilidade da vida sociopolítica nacional. E que por isso mesmo dificilmente contribuirá para a consolidação do poder dessa direita, tanto mais que, face às brechas que ali se abrem está hoje uma frente única e organizada de todas as forças democráticas e revolucionárias, temperada na luta heróica contra um regime profundamente repressivo.

Solidariedade com a América Latina
Por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Cuba realizou-se hoje, às 21 horas, na Voz do Operário em Lisboa, uma sessão de solidariedade com os povos em luta da América Latina, em especial com Cuba, El Salvador, Guatemala e Nicarágua. Para além de várias intervenções políticas a sessão incluiu uma parte cultural com poesia, canto e passagem do filme «A marcha do povo combatente». Nesta iniciativa, que conta com o apoio de várias organizações, participaram representantes de Cuba e uma delegação da Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala.

A saúde é possível — RDA dá o exemplo

O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito (...). Este preceito constitucional aprovado há cerca de seis anos nunca foi posto em prática. Bem pelo contrário, cada vez os portugueses têm de pagar mais pela saúde, transformada pelo Governo AD num luxo, num privilégio só ao alcance de algumas bolsas.

Os argumentos desenvolvidos para "justificar" semelhante prática são vários. Para o ministro responsável trata-se — com os recentes e brutais aumentos da prestação de serviços médico-sociais — de "disciplinar" o direito à saúde. Para o bastonário da Ordem dos Médicos, Gentil Martins, a gratuidade estabelecida na Constituição deve ser entendida como gratuidade na altura da prestação do acto, pois de contrário é inteiramente falaciosa.

Justificando esta opinião, em recente entrevista concedida ao "Dia", Gentil Martins afirma que **o país à vista que uma vez que o país não possui infelizmente nenhuma fonte substancial de rendimentos, como por exemplo, petróleo ou diamantes, que lhe permita distribuir esses benesses pelos seus cidadãos, são estes que têm de suportar a sua saúde e segurança social, quer através de contribuições específicas.**

Se o bastonário da Ordem dos Médicos fosse um ignorante tal afirmação poderia ser acrescentada ao rol da asneira nacional, sem mais aquelas. Mas não é. Logo, há que sacar-lhe as intenções que em si encerra, a manipulação descarada da opinião pública, a defesa de privilégios de classe que teme ver postos em causa.

Porque certamente Gentil Martins sabe que durante o regime fascista, quando Portugal dominava as ex-colónias africanas onde existem "fontes substanciais de rendimentos", a saúde nunca foi gratuita. Como não o é por exemplo, na África do Sul, onde tais fontes também existem.

O que de imediato permite concluir que não basta haver "petróleo ou diamantes" para "distribuir benesses pelos cidadãos". É ser que a sua ausência, como proeza fazer crer o líder dos barões da medicina, impossibilita de facto a gratuidade dos serviços de saúde? De modo nenhum. A prova-ó-la ao estudo os exemplos que chegam dos países socialistas, normalmente de países que não possuem bens como "petróleo ou diamantes" assumiram como divisa tudo pelo bem-estar do povo.

O que se passa na República Democrática Alemã neste domínio, é exemplar. A comprovar que o fundo a resolução de questões como esta depende sobretudo de opções políticas. Confiança no futuro
Quantos portugueses poderão afirmar em consciência que encaram o futuro com confiança, a possibilidade de uma doença, a reforma no fim duma vida de trabalho? Na RDA este problema nem sequer se coloca. Quando um cidadão adoece escolhe o médico que pretende consultar, podendo optar entre os estabelecimentos estatais, a medicina privada ou as clínicas. Para tal não necessita mais do que apresentar a sua carteira de trabalho e de assistência social. Segundo o próprio director da assistência social, Günther Thude, em recente entrevista, na RDA os beneficiários não têm de suportar despesas em caso de doença, quer no que se refere a medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico ou qualquer outros. O sistema de assistência social, igual para todos os trabalhadores, é dirigido pelo sindicato e engloba toda a espécie de assistência — assistência por doença, às jovens mães, reformados e acidentes de trabalho. Todo o trabalhador que assina um contrato de trabalho passa a estar assegurado desde o primeiro dia; para isso paga 10 por cento do seu rendimento bruto mensal, até um máximo de 60 marcos (em 1980, o rendimento médio era de 1030 marcos). Os familiares que não trabalham são cobeneficiários. Na RDA, onde a principal fonte de riqueza é o trabalho de todos, as despesas com a assistência social aumentam de ano para ano, visando sempre uma maior e melhor prestação de serviços. Ainda segundo Günther Thude, só as despesas de assistência social a trabalhadores para tratamento sem e com transportes de doentes, aumentaram em 1970 para 4,9 bilhões em 1980. Neste período as despesas com medicamentos e meios auxiliares aumentaram de 951 milhões de mar-



O maior projecto de construção e investimento no domínio da saúde pública e do ensino superior actualmente na RDA é a nova construção e reconstrução da "Chirite", na capital

cos para 2,1 bilhões e as indemnizações por doença de 1,1 para 3,4 bilhões de marcos. E tudo isto sem que tenha havido qualquer alteração quanto às taxas e ao montante máximo de colações.

As dotações governamentais para a assistência social foram, em 1970, de cerca de 4,3 bilhões de marcos e, em 1980, de cerca de 11,5 bilhões. Segundo as previsões, os fundos sociais atingirão em 1985, no total, um volume mensal de cerca de 900 marcos em média para uma família de quatro pessoas. O que é quase o equivalente aos rendimentos líquidos actuais dum trabalhador qualificado. Evidentemente que tais objectivos exigem um crescimento económico constante. Só que este progresso beneficia todo o povo. O que explica o empenhamento de cada um.

Perante o que ficou exposto fácil se torna pois concluir que as "explicações" encontradas para "justificar" os brutais aumentos dos descontos para a assistência social não passam de descaradas mentiras para esconder os verdadeiros intentos da AD e seus apoiantes. Os trabalhadores portugueses pagam mais e continuam tão mal servidos como antes. Nem sequer há a garantia de que se verjam assim acumuladas não sejam desviadas para outros fins. A medicina privada continua a ser um negócio lucrativo; um negócio com novas e melhores perspectivas desde os aumentos decretados pela AD, dado que pagar por pagar (quer já não vale deixar de ser) mais vale fazê-lo a quem a partida oferece mais garantias de servir melhor. E é óbvio que os Hospitais e Caixas não resistem à comparação com clínicas privadas e consultórios próprios. Compreende-se que Gentil Martins não esteja interessado num Serviço Nacional de Saúde eficiente e gratuito. Compreende-se que tão pouco a AD o esteja, para não hostilizar a sua clientela política, os seus próprios interesses de classe. Conquistar para Portugal um sistema de assistência social tão eficaz qualitativa e quantitativa como o que funciona na RDA implica um outro governo, uma outra política. Uma política que prossiga, afinal, um objectivo bem claro — Tudo pelo bem-estar do povo!

NOVA PERPECTIVA

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

A nova perspectiva da luta antifascista é a unidade e a firmeza dos estudantes. A luta deve ser conduzida até à vitória.

SEMANA Internacional

17 Quarta-feira

Luís de Almeida, embaixador da RPA em Paris, denuncia a preparação de ataques sul-africanos de grande envergadura contra Angola. ■ O jornal «Boston Globe» revela informações que apontam a Secretaria de Estado norte-americana como tendo encoberto os autores do assassinio do arcebispo Oscar Romero de San Salvador. ■ O secretário-geral da ONU, Sadat, a decisão da URSS de suspender a instalação de mísseis nucleares de médio alcance na parte europeia do seu território como um «significativo contributo» para o desarmamento nuclear da Europa. ■ Após o anúncio em Washington das próximas manobras da Sexta Esquadra no golfo de Sirt, a agência Tass acusa a administração Reagan de preparar nova provocação armada contra a Líbia. ■ Chega à base militar de Charm-El-Cheik, no Sinai, o primeiro contingente de tropas norte-americanas; a sua presença é considerada como uma «medida preventiva» no caso do Egipto abandonar as conversações com Israel. ■ O senado norte-americano aprova a entrada da Espanha na NATO.

18 Quinta-feira

O embaixador da União Soviética no México declara que a URSS está disposta a apoiar a Nicarágua no caso de uma agressão militar externa. ■ No Congresso dos Estados Unidos são apresentadas duas moções a propor o recomeço das conversações com a URSS sobre a redução de armas estratégicas e uma visando a eliminação total de armas nucleares. ■ Representantes do grupo de contacto reúnem em Londres para estudar questões ligadas aos esforços para resolver a situação da independência da Namíbia. ■ Os senadores democráticos norte-americanos avisam Reagan de que o seu orçamento «nunca será aprovado», o orçamento, com um défice de 91,5 mil milhões de dólares, elimina ou suspende programas sociais e aumenta em 18 por cento as despesas com a Defesa.

19 Sexta-feira

O governo holandês acusa as tropas da Junta fascista de El Salvador de terem assassinado a sangue frio quatro jornalistas da cadeia holandesa de televisão IKON. ■ O representante da Nicarágua na ONU anuncia que pediu «uma reunião urgente» do Conselho de Segurança para tomar medidas destinadas «a evitar uma gressão dos Estados Unidos». ■ Um comunicado da SWAPO distribuído em Luanda considera as propostas recentes do «grupo de contacto» sobre a Namíbia como uma tentativa de «dar representatividade aos grupelhos étnicos ou regionais», através do sistema «um homem dois votos». ■ Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, recomenda aos governos dos países ocidentais que estudem seriamente a iniciativa da URSS de suspender a instalação de mísseis nucleares de médio alcance na parte europeia do seu território.

20 Sábado

Cerca de seis mil pessoas são presas na Coreia do Sul, na sequência de um incêndio no centro cultural americano de Pusan, que as autoridades atribuem a «elementos impuros de tendência esquerdista». ■ Um jovem palestino de 17 anos é morto a tiro pelo exército sionista durante uma manifestação nas proximidades da Câmara Municipal de El Bireh, na Cisjordânia ocupada por Israel. ■ Um comunicado distribuído no final da conferência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo revela que a produção total de petróleo da OPEP será limitada a 18 milhões de barris/dia a partir de 1 de Abril. ■ O Partido Trabalhista da Holanda, um dos maiores da coligação governamental, defende a concessão de auxílio humanitário aos guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de El Salvador, enquanto a associação holandesa das indústrias de torrefação de café decide suspender as importações de El Salvador como protesto contra o assassinio de quatro jornalistas.

21 Domingo

O vice-secretário geral do PSOE, Alfonso Guerra, diz em Cadiz que o julgamento dos responsáveis pela tentativa de golpe de Estado fascista de 23 de Fevereiro se está a transformar «num permanente comício da extrema-direita». ■ Os londrinos passam a pagar o Metro e o autocarro duas vezes mais caro. ■ O presidente da Câmara de Ramallah, Karim Khalaf, anuncia que o seu Conselho Municipal e ele próprio se encontram demissionários, como protesto contra os métodos de violência das autoridades de ocupação israelense. ■ Uma equipa de profissionais da Informação brasileiros abandona El Salvador depois de ter sido alvejada numa emboscada por uma patrulha do exército salvadoreño. ■ Ex-membros do Partido Social Democrata da Alemanha Federal anunciam a formação de um novo partido situado à esquerda do SPD, o Partido Socialista Democrata. ■ Cerca de 200 mil pessoas manifestam-se em Hiroxima contra as armas nucleares.

22 Segunda-feira

Trinta e três pessoas, na maioria mulheres, manifestantes pela paz, são presas em Berkshire, Inglaterra, acusadas de tentativa de obstrução da entrada de uma base militar norte-americana onde o governo britânico permitiu a instalação de mísseis nucleares. ■ O Vai-Vem especial norte-americano Columbia inicia novo voo de sete dias, na sua terceira e mais longa missão. ■ Soldados israelenses disparam sobre manifestantes num campo de refugiados na Margem Ocidental do Jordão ocupada pelos sionistas, matando um jovem árabe e ferindo outros três. ■ De acordo com as estatísticas da Comissão Europeia publicadas em Bruxelas, o número de desempregados na CEE em fins de Fevereiro era de 10,7 milhões de pessoas; o número de desempregados aumentou desde Fevereiro do ano passado de 25,7 por cento.

23 Terça-feira

Golpe militar de extrema-direita na Guatemala. ■ Milhares de agricultores franceses manifestam-se em Paris para protestar contra a estrutura de preços que lhes é imposta pela CEE. ■ As tropas de Israel voltam a atacar populações das cidades ocupadas da Cisjordânia que uma vez mais se manifestaram contra a destruição do conselho municipal de El Bireh. ■ James Molyneux, líder do principal partido protestante norte-irlandês, acusa a CIA de ser responsável pelo assassinio de figuras importantes na Irlanda do Norte. ■ Um ex-«Boia Verde» denuncia que a administração Reagan está a recrutar mercenários para agressões contra a Nicarágua.

Efeméride da Semana — Nos arredores da cidade de Dachau, a 22 de Março de 1933, é aberto o primeiro campo de concentração nazi.

Internacional

Por que é que os EUA não respondem às propostas de paz da URSS?

A cada nova proposta ou mesmo acto concreto de paz, por parte da União Soviética, os EUA e a NATO têm uma resposta única que, convenhamos, está a ficar um bocadinho estafada: a URSS pretenderia não o desarmamento (apesar de entretanto ir mesmo desarmando...) mas dividir os países capitalistas, que verdade seja dita não andam lá muito unidos, e lançar areia aos olhos dos incautos. E ficamos por aqui na pobre «demonstração» da «maquiavélica política» de Moscovo e do Pacto de Varsóvia, que visaria alimentar uma imagem de força de paz, enquanto se estaria a preparar para dominar o mundo com o seu potencial...

Cabe-nos perguntar porquê os EUA não imitam a União Soviética nessa tal «maquiavélica política»? Sem dúvida melhorariam a sua imagem tão denegrida aos olhos da opinião pública internacional. Pois se é «fogo de vista», traria lucros garantidos a Washington.

Cabe-nos também perguntar: quem tem vindo a demonstrar — com actos e não apenas palavras — que pretende alcançar o anacrónico objectivo de dominar o mundo?

E se os EUA «imitassem» a URSS?

A nova proposta soviética — que insere desde já uma medida concreta de desarmamento unilateral — já foi parcialmente divulgada. Mas não é demais lembrá-la.

«Os dirigentes soviéticos tomaram a decisão de introduzir unilateralmente a moratória

referente à instalação dos armamentos nucleares de médio alcance na parte europeia da URSS. Congelámos a nível quantitativo e qualitativo os armamentos deste tipo já instalados aqui e suspendemos a substituição dos mísseis velhos, conhecidos como SS-4 e SS-5, pelos mais aperfeiçoados, SS-20...» declarou Brejnev no Congresso dos Sindicatos da URSS. E acrescentou: «A União Soviética tenciona, já este ano, se não houver um novo agravamento da situação internacional, reduzir por sua própria iniciativa certa quantidade dos seus mísseis de médio alcance.»

Ao avançar com esta decisão, a União Soviética propõe igualmente o recomeço imediato das conversações SALT, destinadas a obter uma limitação e redução do armamento nuclear estratégico dos EUA e da URSS e um acordo sobre a limitação mútua das operações das marinhas de guerra. «Em particular, consi-

deríamos possível entendermos sobre a retirada dos submarinos porta-mísseis de ambas as partes, das vastas regiões que patrulham actualmente, de modo a restringir a sua navegação aos limites mutuamente concordados. Estaríamos igualmente prontos a examinar a questão sobre a extensão das medidas de confiança, às águas marítimas e oceânicas, sobretudo às regiões onde as comunicações marítimas são mais intensas. Em suma, defenderíamos a transformação, já no futuro próximo, da maior parte possível do oceano mundial em zona de paz.»

É evidente que com isto a União Soviética visa contribuir para a paz, visa contribuir para o desarmamento, e não para a colocação dos países socialistas numa situação de dependência face ao poder militar do imperialismo. Por isso se afirma simultaneamente: «Se os governos dos EUA e dos seus aliados da NATO realizassem, apesar de tudo e ignorando a aspiração dos povos à paz, os seus planos de instalação na Europa de centenas de novos mísseis americanos, capazes de atingir os objectivos do território da URSS, criaria-se no mundo uma situação estratégica diferente. Surgiria uma ameaça real suplementar para o nosso país e seus aliados por parte dos Estados Unidos. Isto forçar-nos-ia a tomar contramedidas que colocariam numa situação análoga a outra parte,



directamente os Estados Unidos e o seu território. Não se deve esquecer isto.»

Os EUA e a NATO apressaram-se a utilizar o chavão do costume — «manobra de propaganda» — face à opinião pública mundial; tentativa de dividir os países da NATO. Exigindo simultaneamente o desmantelamento total dos euro-mísseis soviéticos, sem contrapartida — ou seja, exigem que a URSS ofereça de bandeja, ao imperialismo, uma comunidade socialista desarmada...

Acresce que não se atrevem a avançar com idéias «manobras de propaganda» ou tentativas de divisão da comunidade socialista.

Entretanto, as novas propostas soviéticas, a consequente

política de paz da comunidade socialista, está a dar os seus frutos. Se pouco ou nada se poderá esperar da antecipação da reunião do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO, que analisará a moratória soviética, já são mais significativos os reflexos do descontentamento que lavra nos EUA contra a política de Reagan. Assim, deram entrada no Congresso dos EUA duas moções propondo o recomeço das negociações com a União Soviética para redução das armas estratégicas. Por outro lado, senadores democráticos norte-americanos avisaram que o envio de tropas de Reagan, que elimina ou suspende programas sociais, agravando simultaneamente as despesas com a rubrica Defesa, nunca será aprovado.

Quem quer «dominar o mundo?»

As forças estratégicas dos Estados Unidos contam com 1052 mísseis intercontinentais, 576 mísseis balísticos com base em submarinos e 573 bombardeiros estratégicos. Meios que podem levar aos objectivos visados 9200 ogivas e bombas nucleares. Trata-se de um enorme potencial nuclear, que poderia arrasar várias vezes todo o planeta.

Pode-se responder a isto que naturalmente a União Soviética terá poder militar de resposta. E tem, conforme é claramente afirmado pelos dirigentes soviéticos. Mas tem tal poder de resposta em termos de paridade

Passos importantes foram dados no entanto.

Após a distribuição das terras por 279 mil famílias procedeu-se à organização de cooperativas para venda da produção, aumentando-se o preço de compra dos produtos agrícolas enquanto se reduzia os preços de adubos e máquinas entre 20 a 40 por cento. Foram criados 7 centros agrícolas mecanizados, com um parque de máquinas.

Desde a revolução entraram em funcionamento 249 empresas industriais. O rendimento nacional aumentou, só no último ano, de 27,7 por cento. Os salários dos operários e empregados sofreram aumentos entre os 25 e os 50 por cento.

Esta nova realidade socio-política do país que o povo afegão defende, de armas na mão, contra as incursões bandidescas fomentadas por Washington. Como destacou Babrak Karmal, por ocasião do novo ano afegão, a Conferência Nacional do Partido é um acontecimento importante no processo de desenvolvimento do Partido e do aprofundamento do processo revolucionário. O programa de acção definido na Conferência define as grandes opções do desenvolvimento económico e social do país — contribuindo assim para novos avanços na via definida pelo povo afegão, apesar das dificuldades criadas pela contra-revolução, pela ingerência do imperialismo.

Comentando o «Dia do Afeganistão» promovido pela Casa Branca, a imprensa afegã salientava: «Reagan e os seus acólitos desempenham uma comédia porque a contra-revolução sofre uma derrota esmagadora, as conquistas da revolução de Abril forçam-se todos os dias, a confiança e o prestígio da República Democrática do Afeganistão aumentam no plano internacional». Os factos comprovam esta análise.

No dia 15 de Março terminou em Kabul uma Conferência Nacional do Partido Democrático Popular do Afeganistão (que governa o país desde a revolução de Abril de 1978), onde foi feito o balanço da actividade desenvolvida desde 1966 (data da anterior conferência) e aprovado um programa de acção.

Em Setembro do ano passado, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão deslocou-se a vários países asiáticos e africanos para explicar o sentido da declaração emitida pelo governo em Agosto. Esta declaração surge na sequência de uma outra, datada de Maio de

Afeganistão: os êxitos na construção e na defesa

Dia 21 de Março centenas de milhares de pessoas desceram às ruas de Kabul, numa grandiosa manifestação de apoio à política seguida pelo Partido Democrático Popular do Afeganistão e do governo de Babrak Karmal. Para o povo afegão o início da Primavera significa também — de acordo com o calendário islâmico em vigor no país — o início de um novo ano, o ano 1361 da Hegira.

Nesta mesma data o governo dos Estados Unidos e outros governos e organizações ligados ao capital, entre os quais se conta, dentro da sua política de contínuo alinhamento com Washington, o governo português, lançavam outra campanha pela «liberdade» do Afeganistão. Uma campanha de apoio aos bandos confessionalmente armados pela CIA, uma campanha contra o povo afegão e, inevitavelmente, contra a União Soviética.

Comentando tais «comemorações» internacionais a imprensa afegã afirmava: «O presidente Reagan deita lágrimas de crocodilo sobre a situação do Afeganistão. Mas é caso para lhe perguntar: não é ele que envia armas à contra-revolução, lhe fornece o dinheiro, prepara os terroristas que são introduzidos em território da República Democrática do Afeganistão para matar inocentes, lançar fogo às escolas, aos hospitais, pilhar a população, organizar desordens? O presidente americano é directamente responsável pela guerra não declarada desencadeada contra a República Democrática do Afeganistão.»

Simultaneamente, Harold Brown, então secretário da Defesa americano, debatia em Pequim a participação chinesa. Um ponto particularmente esclarecedor de tal plano subversivo: fornecer aos rebeldes, tanto quanto possível, o mesmo tipo de armas utilizadas pelos países da comunidade socialista, apresentadas como «recuperadas ao inimigo», armas de que o Egipto era o principal fornecedor.

Comentando tais «comemorações» internacionais a imprensa afegã afirmava: «O presidente Reagan deita lágrimas de crocodilo sobre a situação do Afeganistão. Mas é caso para lhe perguntar: não é ele que envia armas à contra-revolução, lhe fornece o dinheiro, prepara os terroristas que são introduzidos em território da República Democrática do Afeganistão para matar inocentes, lançar fogo às escolas, aos hospitais, pilhar a população, organizar desordens? O presidente americano é directamente responsável pela guerra não declarada desencadeada contra a República Democrática do Afeganistão.»

Comentando tais «comemorações» internacionais a imprensa afegã afirmava: «O presidente Reagan deita lágrimas de crocodilo sobre a situação do Afeganistão. Mas é caso para lhe perguntar: não é ele que envia armas à contra-revolução, lhe fornece o dinheiro, prepara os terroristas que são introduzidos em território da República Democrática do Afeganistão para matar inocentes, lançar fogo às escolas, aos hospitais, pilhar a população, organizar desordens? O presidente americano é directamente responsável pela guerra não declarada desencadeada contra a República Democrática do Afeganistão.»

21 de Março: contra o «Apartheid» contra as agressões da África do Sul

«Efectivos calculados em dez mil homens integrados por mercenários de diversas nacionalidades (nomeadamente britânicos, portugueses e americanos) e dirigidos por oficiais sul-africanos, preparam-se para realizar várias operações helicóptero transportadas em diversas cidades angolanas importantes, incluindo Luanda, capital do país. O objectivo dessas acções seria a destruição de objectivos económicos estratégicos e a liquidação física dos principais dirigentes do país» — denunciou há dias a embaixada da República Popular de Angola em Paris. Uma denúncia que reflecte a política de agressão permanente por parte da África do Sul, gerando uma situação de grande tensão no sul do continente, cuja superação só será possível com a resolução do problema da Namíbia.

O estado de permanente agressão ao sul de Angola, o arrastar de uma situação de domínio colonial da Namíbia pela África do Sul, são resultado de uma mesma realidade política — o regime de apartheid da África do Sul, poderosamente apoiado pelos EUA e por outros países capitalistas.

Ainda recentemente o presi-

dente da Organização de Unidade Africana (OUA), Daniel Arap Moi, (presidente do Quênia) exigindo a retirada imediata das forças sul-africanas de Angola, salientou os entraves que a África do Sul tem vindo a colocar à independência da Namíbia, e destacou que «a agressão brutal

terem direito a uma existência humana» — declarou Oliver Tambo, presidente do ANC, movimento de libertação da África do Sul, ao jornal norte-americano «New York Times». Assim, por exemplo, um trabalhador negro pode ganhar menos 10 a 15 vezes do que um

branco por trabalho igual. Só os brancos podem participar nas eleições legislativas «gerais». Enquanto isso, nas prisões sul-africanas encontram-se cerca de 120 mil pessoas (o maior número de presos do mundo, relativamente à população), na sua

Sessão contra o «apartheid»

600 pessoas reuniram-se no Ginásio da Moita, dia 21 numa sessão comemorativa do dia internacional contra o «apartheid» aplaudindo calorosamente os vários oradores que se pronunciaram sobre o tema central da sessão — a ameaça que a África do Sul constitui actualmente para os povos do Continente Africano e para a paz, ameaça redobrada por a África do Sul ser actualmente uma potência nuclear.

A sessão foi conjuntamente organizada pelo Movimento contra o «apartheid» e a câmara da Moita e realizou-se em simultâneo com duas exposições com o mesmo tema, uma na Moita outra na Baixa da Banheira.

contra Estados vizinhos é acompanhada pela intensificação da opressão e da repressão na própria África do Sul.

O PCB faz 60 anos

Queridos Camaradas, Por motivo do 60.º aniversário da fundação do Partido Comunista Brasileiro, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou fraternalmente o Comité Central do PCB, os comunistas e os trabalhadores brasileiros. Expressando os sentimentos de profunda solidariedade dos comunistas, da classe operária e dos trabalhadores portugueses, o PCP deseja-vos os maiores êxitos na continuação dos vossos esforços pela completa legalização da actividade do vosso Partido, pela unidade de todas as forças e sectores democráticos e patrióticos do vosso país na luta difícil contra a repressão e a política de exploração e de miséria ao serviço dos grandes monopólios, pelas liberdades e a democracia, pelo progresso social e a independência nacional.

Realfirmo-vos, queridos camaradas, a nossa vontade de continuar a agir para o fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, ao serviço de uma ainda maior aproximação e amizade entre os nossos povos e da causa comum da liberdade, do progresso, da paz e do socialismo.

Comité Central do PCP

Saudação do PCP ao XII Congresso do PC da Índia

Na cidade indiana de Varanasi, iniciou-se na passada semana o XII Congresso do Partido Comunista da Índia. Participam nos trabalhos cerca de 2000 delegados representando aproximadamente meio milhão de comunistas indianos. Assistem como convidados 40 delegações de partidos comunistas e operários de vários países do mundo.

Na impossibilidade de enviar uma delegação, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Índia uma saudação que transcrevemos parcialmente.

«É com grande atenção e apreço que os comunistas portugueses acompanham a luta do PCI em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras do seu país, contra a degradação das condições de vida do povo, em defesa da liberdade sindical e outras conquistas democráticas, contra as imposições do FMI e a política antipovo dos monopólios capitalistas, pela unidade de acção das forças de esquerda e democráticas.

«O PCP e os comunistas portugueses expressam a sua solidariedade ao PCI e aos trabalhadores da Índia na sua luta por uma política de progresso social orientada para a solução dos graves problemas económicos, sociais e políticos do povo da Índia, pela defesa da independência nacional e da integridade territorial do seu país, contra as pressões do imperialismo, para que a Índia continue a afirmar-se no plano internacional como um importante factor de paz.

«Nos últimos anos a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos alcançou vitórias históricas que são outros tantos golpes vibrados nas posições do imperialismo. Entretanto a contra-ofensiva militarista e agressiva conduzida pela administração Reagan e pelos círculos mais reacçãoários da NATO agrava perigosamente a situação internacional, constitui uma séria ameaça para a paz, a independência e a segurança dos povos e mesmo regiões do mundo.

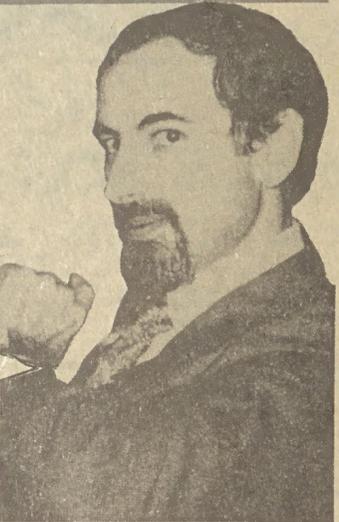
«O imperialismo norte-americano procura a todo o custo romper o actual equilíbrio e alcançar de novo a supremacia militar sobre o campo socialista, impedir o avanço da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos, inverter o curso do processo revolucionário mundial.

«Neste quadro insere-se o reforço das bases aero-navais e a ampliação sem precedentes da presença militar dos EUA no Oceano Índico e Golfo Pérsico, o apoio à ditadura fascista do Paquistão e outras ditaduras reacçãoárias, as provocações e ingerências abertas contra numerosos povos da região, designadamente contra os do Afeganistão e Irão com cuja luta o PCP é solidário.

«Para defender a paz e assegurar o desenvolvimento do processo de emancipação nacional e social dos povos, o PCP considera de importância decisiva o reforço da unidade do movimento comunista internacional assim como o fortalecimento da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da época actual: a URSS e os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas.»

Olhai os tempos de antena !!!

NO CANAL 1 DA MINHA TV O ANO PASSADO O GOVERNO TEVE 30 HORAS, OS PARTIDOS DA AD 15 HORAS O PS 9, O PCP 2 HORAS E OUTROS PARTIDOS DA A.R. TAMBEM 2 HORAS!
QUER DIZER: OS "NOSSOS" TIVERAM 45 HORAS !! TOMA QUE DEMOCRÁTICO!



JÁ VISTE O BALANÇO DOS ÚLTIMOS 3 MESES?

SÓ EM FEVEREIRO, O GOVERNO E OS PARTIDOS DA AD TIVERAM 6 HORAS. COM ESTE RECORD ABSOLUTO DA PROPAGANDA AD, ENTRAMOS NO "GUINNESS BOOK"!

	DEZ. 81	JAN. 82	FEV. 82
Governo	3 ^h 30 ^m	4 ^h 24 ^m	4 ^h 12 ^m
Partidos da AD	2 ^h 00 ^m	1 ^h 06 ^m	1 ^h 46 ^s
PS	.15 ^m	.58 ^m	1 ^h 00 ^s
PCP	.02 ^m	.20 ^m	.15 ^m
Outros da AR	—	06 ^m	.30 ^m

E TU JÁ VISTE O BALANÇO DO PERÍODO DE 1 a 16 DE FEVEREIRO? QUANDO OS TRABALHADORES ESTAVAM A PREPARAR A GREVE GERAL??!

O ANGELO, JULGAS QUE EU SOU ANJINHO? SÓ O GOVERNO TEVE 2 HORAS E OS PARTIDOS DA AD 1 HORA E 20 - OU SEJA 3 HORAS E 20 O PS TEVE 40 MINUTOS O PCP 6 minutos (e já foi muito!) E OS OUTROS PARTIDOS DA A.R. 25 minutos...



Hi! Hi! Hi! EU SOU MUITO BOM! DE 7 A 13 DE FEVEREIRO E SEM CONTAR COM NOTÍCIAS E REPORTAGENS TENDENCIOSAS DE CERCA DE 3 HORAS DE INTERVENÇÕES CONTRA A GREVE GERAL, 40 MINUTOS FOI CA' O ANGELO QUE FALOU! TAMBEM É VERDADE QUE DEMOS UMA BORLA DE 7 MINUTOS À GGTP E A OUTROS QUE APOIAVAM A GREVE... Hi! Hi! Hi!

Hi! Hi! Hi! EU SOU MUITO BOM! DE 7 A 13 DE FEVEREIRO E SEM CONTAR COM NOTÍCIAS E REPORTAGENS TENDENCIOSAS DE CERCA DE 3 HORAS DE INTERVENÇÕES CONTRA A GREVE GERAL, 40 MINUTOS FOI CA' O ANGELO QUE FALOU! TAMBEM É VERDADE QUE DEMOS UMA BORLA DE 7 MINUTOS À GGTP E A OUTROS QUE APOIAVAM A GREVE... Hi! Hi! Hi!

Marcha contra o desemprego

Jornada inédita em Portugal começa no domingo e prolonga-se por oito dias



Perante um Governo para o qual as greves constituem, pelos vistos, uma fonte de receita, perante a irresponsabilidade quotidiana de governantes que apresentam soluções como quem debita truques de prestidigitação, sem ouvir os primeiros interessados e até sem dar cavaco a ninguém, como é exemplo flagrante a Resolução 1-A/82 do tecto salarial, nenhum trabalhador pode estar seguro de encontrar amanhã o seu posto de trabalho, até como o deixou no dia anterior. O caso dos trabalhadores da Função Pública é dos mais actuais e pertinentes nesse campo da salvaguarda do emprego e da luta geral contra os despedimentos e pelo direito ao trabalho garantido pela Constituição. O pacote dito laboral ainda mal conhecido nos pormenores, mas já suficientemente preocupante pelo seu alcance geral virado contra o emprego de muitos milhares de trabalhadores, deveria constituir motivo suficiente de alerta para o reforço necessário da luta comum contra um Governo que não olha a meios para pôr em prática uma "racionalização", que afasta completamente da sua órbita os representantes eleitos pelos trabalhadores para defenderem os seus interesses e os interesses de empresas e serviços nacionais. O desemprego tem solução, mas não com o Governo "AD". É preciso continuar a luta contra esse Governo e a política que faz para que não seja impraticável, como agora é, pensar mesmo em diminuir a crescente taxa de desemprego em Portugal.

Uma jornada nacional

A Marcha contra o Desemprego começa no próximo domingo. No Porto e em Évora concentram-se, por assim dizer, as "testas de ponte" dos dois percursos, que engrossarão pelo caminho até ao desfile em Lisboa no dia 3. Da Praça do Marquês de Pombal partirão às 15 e 30 para o Rossio milhares de participantes na Marcha e os manifestantes do distrito que só tencionam participar na parte final dessa jornada de luta. Em Lisboa, onde se dá a confluência das colunas Norte e Sul, há já locais designados para as concentrações dos não integrados nos dois percursos principais. As pequenas colunas dos concelhos lisboetas dirigem-se para os locais de Lisboa a seguir indicados: • Vindos da zona de Loures — concentração em Entre-campos; • Da Linha de Cascais — concentração no Largo Vitorino Damásio em Santos; • Da Linha de Sintra — concentração em Sete-Rios. No Porto, ainda no âmbito da mobilização, haverá depois de amanhã, 27, às 21 e 30 no Pavilhão do Académico uma festa-comício, durante a qual actuarão os artistas Carlos Moniz, Maria do Amparo e o Grupo X. Haverá intervenções sobre o desemprego e a presença dos participantes na Marcha. Ainda no Porto, mas já no domingo, dar-se-á

início à jornada às 8 e 30 da manhã. Foi feito um apelo à participação de solidariedade no percurso inicial.

Em Setúbal, um plenário enquadrado na preparação da Marcha, constatava "o elevado grau de mobilização dos trabalhadores do concelho". A União dos Sindicatos, que emitiu vários comunicados, à semelhança do que sucedeu com a generalidade das organizações sindicais mais directamente empenhadas na mobilização, publicava na última sexta-feira uma extensa lista de adesões designadamente de associações de estudantes e de jovens trabalhadores.

Continuam entretanto abertas as inscrições nos sindicatos e uniões sindicais. Numa reunião recente, os secretariados das Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal e os secretariados das CTs das Cinturas Industriais dos dois distritos (CIL e CIS) constituíram-se em comissão organizadora do desfile de encerramento da Marcha.

Esta iniciativa, que encerra a jornada nacional, é só por si "uma jornada de luta dos trabalhadores contra uma política que atraiça os seus interesses e direitos" — reafirmam aquelas organizações.

Prossegue entretanto a mobilização. Nos centros principais de concentração é desfile têm-se realizado as iniciativas previstas e das quais já aqui demos notícia oportunamente.

O desemprego tem solução



Uma experiência de dois anos é mais do que suficiente para se saber que esta política e este Governo só mudam para pior. Piorar tem sido o tema central da política e dos governos «AD». Para que alguns melhorem imoderadamente a maioria vê como se deteriora todos os dias a sua vida e o seu trabalho.

A insegurança do emprego atinge verdadeiros recordes. Agora com a Função Pública metida também numa «racionalização» de que só aparecem ameaças contra postos de trabalho, é caso para temer seriamente que a «AD» tente «racionalizar» o País, despedindo meio mundo porque a outra metade já está. De resto é para despedimentos em massa que se encaminham há muito «racionalizações» nos têxteis, na orientação dos créditos e dos investimentos, nas linhas mestras da banca e dos seguros nacionalizados, em algumas grandes empresas do sector empresarial do Estado, na inadequação sistemática do ensino, nos *alibis* da CEE, nas tentativas de revisão inconstitucional da Constituição.

Medidas imediatas contra o desemprego exigiam-se ainda em 1979 durante a campanha de Novembro. Continuam a exigir-se hoje, mas a solução exclui a continuação da «AD». Não se vê como é que este Governo, empenhado em destruir até a recordação de Abril, poderá pôr em prática, mesmo que sejam só algumas dessas medidas que a CGTP-IN reclamava na campanha contra o desemprego e pelo direito ao trabalho em Novembro de 1979.

A «implementação do projecto constitucional» era um dos rumos sem o qual essas medidas não surtiriam efeito. Hoje, o problema continua a passar por aí. Mantém assim toda a actualidade essas medidas reclamadas em 1979.

As nacionalizações e a Reforma Agrária criaram as condições necessárias para que o Estado disponha de poderosas alavancas para intervir activamente na orientação da economia, referira um texto da Inter durante a luta de 79. E embora estes três anos tenham visto muitos milhares de despedimentos, e

inclusivamente uma tentativa para os liberalizar completamente, não é inoportuno sublinhar de novo algumas dessas medidas pelas quais os trabalhadores continuam a lutar:

20 linhas de acção constitucionais

- Alteração das leis de despedimento e dos contratos a prazo, impedindo pelo reforço da luta nas empresas a aplicação abusiva das actuais;
- Reintegração de todos os activistas sindicais despedidos ou suspensos por motivos político-sindicais;
- Actualização dos montantes dos subsídios de desemprego, prolongamento do tempo de cobertura e o seu alargamento aos jovens à procura do primeiro emprego;
- Concessão de descontos especiais aos desempregados na utilização de certos serviços públicos;
- Aplicação efectiva e controlada das leis que prevêm auxílio às empresas em dificuldades, a fim de manterem os seus postos de trabalho;
- Garantia do exercício do direito do controlo de gestão na empresa e nos sectores;
- Alargamento e reforço dos meios e das funções do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais)

- Proibição efectiva do lock-out como estipula a Constituição;
- Aplicação dos dinheiros do Fundo de Desemprego, controlada pelo Movimento Sindical;
- Apoio às empresas em autogestão e cooperativas;
- Reversão estrutural dos sectores de actividade económica dentro da óptica da defesa dos postos de trabalho;
- Dinamização do sector empresarial do Estado com vista a criar condições para novos postos de trabalho;
- Apoio técnico e financeiro às UCP's e cooperativas (ao contrário do que faz a política «AD» que tenta acabar com as que existem);
- Participação do movimento sindical no aproveitamento integral dos centros de formação profissional;
- Definição de uma política nacional de formação profissional e legislação nesse sentido;
- Criação de um Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Direito ao trabalho para os deficientes, possibilitando a sua recuperação e integração na sociedade;
- Introdução de normas respeitantes aos aprendizes, quer nas convenções colectivas, quer na legislação própria;
- Intervenção efectiva da Inspeção do Trabalho no sentido de evitar abusos que provocam instabilidade e insegurança no trabalho.

(Os dados acima referidos sobre os tempos de antena constam de uma nota da SIP do PCP recentemente divulgada)